



## MUNDO MULTIPOLAR OU UNIPOLAR FINANCEIRO

Entre subordinação e domínio do lucro e paz e colaboração.  
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



## MILEI NEGOCIA BASE MILITAR DOS EUA?

Presidente da Argentina se encontra com chefe do Comando Sul.  
Por Marcos de Oliveira, **página 3**



## GETNINJAS: PLANOS PARA 2024

Thiago Gramari, diretor de RI, faz um balanço de 2023 e expõe iniciativas para este ano, **página 6**

## Em 5 anos, mais de 1 milhão de empresas abriram no Rio

Levantamento do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio), baseado em dados da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja), revela que entre 2019 e 2023 mais de 393 mil empresas terminaram suas atividades no Estado do Rio, enquanto mais de 1 milhão de novos negócios foram abertos. O estudo mostra também a influência desse processo na economia fluminense e indica caminhos para a retomada do crescimento.

Nos números de abertura e fechamento de CNPJs incluem-se os microempreendedores individuais (MEIs). Além disso, o levantamento mediu o tempo de vida das empresas e cerca de 91,0% viveu até 10 anos, da seguinte forma: 15,3% sobreviveram por menos de um ano (taxa de mortalidade considerada alta); 59,8% viveram de um a cinco anos; e 15,9% entre seis e 10 anos.

Tomando como base 2019, quando foram abertas 249.046 empresas, a queda no ano seguinte refletiu a contração havida dos negócios em virtude da Covid, o que implicou taxa de -56,0%. Nos últimos cinco anos, 2020 correspondeu ao mais baixo número de abertura de empresas no Rio de Janeiro.

A recuperação econômica pós-pandemia acentuou a criação de empresas, notadamente em 2022, alta de 84,0% sobre 2021, patamar quase três vezes superior ao de 2020; e posicionado ligeiramente acima de 2019.

No ano passado, observase proximidade do patamar de empreendimentos gerados na mudança de calendário, na casa superior a 283 mil, reflexo do crescimento de 0,4% em relação a 2022. Ao todo, entre 2019 e 2023 foram abertos 1.077.262 novos negócios.

Já no que se refere aos últimos cinco anos, foram fechados 393.330 empreendimentos, fruto da soma entre 2019 e 2023.

Para Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do Sindilojas-Rio, é preciso que o governo desenvolva políticas públicas que favoreçam mais o ambiente de negócios do Rio de Janeiro. “Com isso o comércio lojista, já massacrado pelo peso da burocracia e da alta carga tributária, acaba sucumbindo e não encontra alternativa a não ser o encerramento de sua atividade”, explica Aldo.

## Dívida e evasão fiscal levam Objetivos do Milênio para trás

### ONU pede US\$ 4,2 tri/ano para salvar ODS

Um relatório da ONU divulgado nesta terça-feira ressalta a necessidade urgente de uma tábua de salvação financeira para resgatar os vacilantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a terrível lacuna de financiamento diante das crises crescentes. Os ODS foram estabelecidos no ano 2000, motivo pelo qual ficaram também conhecidos como Objetivos do Milênio.

O “Relatório de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável de 2024: Financiamento para o Desenvolvimento numa Encruzilhada” (FSDR 2024) afirma que são necessárias medidas urgentes para mobilizar financiamento em grande escala para preencher a lacuna de financiamento do desenvolvimento, agora estimada em US\$ 4,2 trilhões anualmente, ante os US\$ 2,5 trilhões necessários antes da pandemia.

Faltando apenas seis anos para alcançar os Objetivos do Milênio, os ganhos de desenvolvimento duramente alcançados estão sendo revertidos, especialmente nos países mais pobres. Se as tendências atuais se mantiverem, a ONU estima que quase 600 milhões de pessoas continuarão a viver em pobreza extrema em 2030 e depois, mais da metade das quais são mulheres.

“Estamos vivendo uma crise



de desenvolvimento sustentável, para a qual contribuíram as desigualdades, a inflação, a dívida, os conflitos e as catástrofes climáticas”, afirmou o subsecretário-geral da ONU para os Assuntos Econômicos e Sociais, Li Junhua. “São necessários recursos para resolver esta questão, e o dinheiro está aí. Bilhões de dólares são perdidos anualmente devido à evasão fiscal, e os subsídios aos combustíveis fósseis estão na casa dos trilhões. Globalmente, não há falta de dinheiro; pelo contrário, falta vontade e compromisso.”

O relatório destaca que os fatores significativos que agravam a crise incluem o aumento do peso da dívida e o aumento dos custos dos empréstimos. Prevê-se que o serviço da dívida nos países menos desenvolvidos atingirá um montante anual de US\$ 40 bilhões entre 2023 e 2025, marcando um aumento de mais de 50% em relação aos US\$ 26 bilhões registrados em 2022.

Além disso, o relatório atribui mais de metade deste aumento da dívida a catástrofes climáticas intensificadas e mais frequentes que afetam países vulneráveis.

Os países mais pobres gastam agora 12% das suas receitas em pagamentos de juros – quatro vezes mais do que gastavam há uma década.

Aproximadamente 40% da população mundial vive em países onde os governos gastam mais em pagamentos de juros do que em educação ou saúde.

O crescimento das receitas internas estagnou desde 2010, nomeadamente nos países menos desenvolvidos e em países de baixo rendimento, em grande parte devido a questões como a evasão e a elisão fiscais. Além disso, as taxas de imposto sobre o rendimento das empresas têm diminuído, com a média global caindo de 28,2%, em 2000, para 21,1%, em 2023, atribuída aos impactos da globalização e das práticas fiscais competitivas.

## Turquia impõe embargo de exportações a Israel

A Turquia promulgou nesta terça-feira novas restrições à exportação de uma série de produtos para Israel para pressionar por um cessar-fogo na Faixa de Gaza. As medidas aplicam-se a 54 categorias de produtos, incluindo ferro, tintas, mármore, aço, cimento, alumínio, tijolo, fertilizantes, equipamentos e produtos de construção, bem como combustível de aviação, de acordo com um comunicado do Ministério do Comércio turco.

“Esta decisão permanecerá em vigor até que Israel, no âmbito das suas obrigações sob o direito internacional, declare um cessar-fogo imediato em Gaza e permita um fluxo suficiente e ininterrupto de ajuda humanitária”, afirmou o Ministério.

Israel deve estar “em plena cooperação com as Nações Unidas para permitir o fornecimento ininterrupto de toda a assistência humanitária básica aos palestinos em Gaza, incluindo os suprimentos médicos e os serviços de saúde de que necessitam”, acrescentou.

Também observou que a Turquia “há muito tempo não permite a venda de qualquer produto ou serviço que possa ser usado para fins militares a Israel”.

Em resposta ao embargo às exportações, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel alertou em comunicado que isso lançaria uma sombra sobre as relações entre os dois países e que Israel poderia potencialmente impor restrições semelhantes às exportações turcas, informou a rádio pública israelense.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0076
Dólar Turismo	R\$ 5,2150
Euro	R\$ 5,4377
Iuan	R\$ 0,6925
Ouro (gr)	R\$ 376,77

### ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

## Só 1 em cada 4 empresas consegue cumprir planos da recuperação judicial

Apenas 24,4% das empresas em recuperação judicial conseguem cumprir as obrigações estabelecidas nos planos do processo. De acordo com o professor da PUC de São Paulo Marcelo Sacramone, mais da metade delas (55% do total) ficam em um limbo jurídico, enquanto 20% têm a falência decretada.

Durante o evento II Temas Contemporâneos de Direito Co-

mercial, promovido pela Escola Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros (Esiab) nesta segunda-feira (8), ele apontou que as reformas legislativas que tratam do tema devem demonstrar compreensão sobre o cenário.

“Precisamos entender qual é o instrumento que estamos tentando desenhar para tutelar o objetivo que pretendemos alcançar. Enquanto várias reformas não verificaram o que precisava ser

alterado, não se mensurou o problema para de fato entender qual ajuste é necessário”.

O Projeto de Lei (PL) 3/2024, aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, recebeu muitas críticas da área jurídica, que afirmam que trará insegurança jurídica aos processos de falência e recuperação judicial.

O II Temas contemporâneos de Direito Comercial acontecerá durante toda esta semana.



# Mundo multipolar ou unipolar financista anglo-sionista-estadunidense

**Por Pedro Augusto Pinho**

O Brasil tem se filiado, por incapacidade e indecisões dos governantes nacionais desde 1985, ao mundo que lhe é mais danoso, o unipolar financeiro.

Este é o mundo do passado, colonial, que mantinha, no início do século 20, na África, com a única exceção da Abissínia e apenas formalmente da Libéria (constituída em 1821, nos Estados Unidos da América – EUA, pela Sociedade Americana de Colonização), todo continente ocupado por países europeus. E em todos os continentes havia colônias euroestadunidenses.

As grandes potências coloniais eram o Reino Unido e a França, mas, com ocupações territoriais na África, também se encontravam a Bélgica, Portugal, Itália, Alemanha e Espanha.

Naquele momento, ser colônia significava ter os poderes: político, militar, econômico e mesmo cultural, estrangeiros dominando o território.

Verifique os idiomas oficiais dos países africanos, hoje supostamente independentes, e constate a intensidade desta dominação cultural. Observe igualmente os padrões contábeis, as leis civis e processuais, e encontrará cópias europeias ou islâmicas, nenhuma construção autóctone, originariamente africana.

Ser colônia, antes de tudo, é não ter autonomia, não decidir soberanamente, tendo em conta os interesses nacionais, locais. E servir-se da tradição estrangeira, mesmo tendo as riquíssimas origens dos banto, iorubás, ashanti, shona, malê, nagô, entre muitas outras.

Porém, no mesmo século 20, houve um interregno de dois poderes com diferentes motivações ideológicas, capitalista e socialista, mas identicamente colonizadores; o mundo bipolar do pós-guerra. Foi a colonização ideológica, que retomou, nas últimas quatro décadas, o controle de boa parte do Planeta.

Discorreremos sobre a questão colonial e a questão nacional, que tratam do mais relevante tema político atual e vêm sendo camufladas, desfocadas, pelos interesses das finanças apátridas, que dominam o mundo do Atlântico Norte e suas colônias espalhadas pela Terra.

O atual domínio colonial ideológico está impulsionado pelo poder anglo-sionista-estadunidense. As questões do domínio nacional, pois sendo muitas nações não há única questão, estão no mundo multipolar, cujas

lideranças, presentemente, encontram-se na República Popular da China (China) e na Federação Russa (Rússia).

Busca-se reviver o confronto capitalista x socialista do pós-guerra. Mas isto é falho. Nenhum destes países líderes pratica o socialismo marxista, como na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Rússia é nitidamente um país capitalista; a China pratica, em sua própria expressão, o “socialismo com características chinesas”, ou seja, com dominância nacionalista, não globalista, como o socialismo soviético e o neoliberalismo financista de hoje.

## O globalismo unipolar

A ideia do mundo globalmente unificado começa com a religião. Os impérios, até então, se contentavam com a visão de seus dirigentes, muitas vezes limitadas à cidade, como na Grécia antiga, ou com a cidadania ampliada, como no Império Romano, circundando o Mar Mediterrâneo e avançando pelo Oriente Médio.

Foi a religião cristã, desmembrando-se da judaica, que se definiu como universal e colonizadora. Lançou seus emissários para mudar o pensar, as culturas, em todo Mundo, os missionários que se tornaram santos, para os católicos. No entanto, como em todos projetos globalizantes, tinha sua sede, ou seja, um poder único. Dos cristãos, originalmente, foi Roma, escolhida para sede do Papado. Hoje, com o neoliberalismo financeiro, pode ser qualquer paraíso fiscal onde os gestores de ativos concentrem seus recursos ou a titularidade dos bens.

A religião desta nova fase do domínio financeiro é a neopentecostal. A Igreja Pentecostal surgiu em 1910, nos EUA. As neopentecostais surgem na década de 1970, tanto nos EUA quanto no Brasil. Aqui foram a igreja Salão da Fé (1975) e a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, fundada no Rio de Janeiro, em 1977.

Estas novas igrejas servem fundamentalmente como difusoras da ideologia neoliberal, captadoras de recursos financeiros e para atuação eleitoral.

O mundo unipolar dominou o Ocidente. No Oriente, havia o sistema mais fechado, etnicamente isolado, que favorecia os nacionalismos. A única exceção foi da expansão mongol, nos séculos 13 e 14, que dominou do mar do Japão à Europa Central.

Não só pelo baixo globalismo no Oriente, como a maior significação para o Brasil da influência ocidental, restringir-nos-emos, neste tópico, ao exame da Europa

e das Américas.

O Renascimento europeu foi o longo processo de libertação da opressão religiosa vigente na Idade Média. O século 14, o “Trecento”, voltou-se para as artes e teve em Florença seu centro. Grandes personagens desta época foram o poeta Dante Alighieri, o contista Boccaccio e o pintor Giotto.

No século 15, o “Quatrocento”, surge o mais completo humanista, que dominou o saber da época, pintor, escultor, botânico, filósofo, cientista, político, homem da paz e da guerra, artista e inventor Leonardo da Vinci.

No “Cinquecento”, século 16, o Renascimento sai da Itália e se espalha pela Europa. Maquiavel introduz a reflexão da governança do Estado, Erasmo de Rotterdam, holandês que discute o pensamento político contraposto ao religioso, e consagra Michelangelo, dos mais célebres artistas plásticos de todos os tempos.

A Europa inicia o processo de expansão que a conduz à descoberta da América. Este fato terá consequências imensas, quer libertárias quer a conservadora da Inquisição católica.

Formam-se os Estados Nacionais, no lugar das terras da nobreza e dos reis. O “Cinquecento” coloca a economia no debate sobre o poder. As importações de produtos e das invenções chinesas, as riquezas minerais, ouro e prata, trazidas pelos espanhóis da América e mão de obra e produtos alimentícios, pelos portugueses, da África, produzem um fenômeno inédito na Europa: a inflação.

E com a inflação vem a revolta dos pobres nos Países Baixos (1572) e o debate entre o guardião do tesouro, Malestroit, e Jean Bodin sobre o “paradoxo das moedas” (1568). Não fosse a inflação um dos mecanismos de concentração de renda!

Era necessário colocar ordem na Europa. E ela vem com as institucionalizações do comércio – as Companhias das Índias (1600) – e das finanças – o Banco de Amsterdã (1609).

As finanças, com a participação dos judeus, expulsos da Itália, Espanha e Portugal pelas Inquisições, organizam-se para tomada do poder nas principais potências comerciais, que se transformaram em financeiras: Holanda e Inglaterra, que, pelos anos 1600, travam as três guerras anglo-holandesas, pelo domínio unipolar.

A globalização religiosa, da Idade Média, se transforma no domínio universal das finanças, que acompanha a Idade Moderna. Se a Igreja ou o Mosteiro simbolizam o poder medieval, as casas

bancárias, os acúmulos de moedas, ouro e títulos de propriedade e de crédito em instituições especializadas representam aqueles novos tempos.

Até a expansão dos EUA, no século 19, pode-se compreender que o Ocidente foi inteiramente dominado pelas finanças.

A industrialização manteve a unipolaridade decisória, mas abriu, para a nova classe dos industriais, o que era até então privilégio dos banqueiros e da nobreza europeia.

O lucro pela quantidade produzida colocou os consumidores, a conquista dos mercados, como objetivo da economia. Quantidade e qualidade não eram referências no domínio financeiro. Ao mesmo tempo quebrou definitivamente a ideia do mundo estático, herança do período religioso, onde só se poderia prosperar a custa de outro, pela finitude dos bens.

O mundo unipolar financista, de algum modo, renega o conhecimento, a evolução tecnológica, a educação.

O que estamos observando, neste século 21, são consequências do retrocesso unipolar neoliberal que poderá desencadear a III Grande Guerra: desinformações, falácias, imposições no lugar dos convencimentos, o imediatismo substituindo a reflexão.

Veja-se, como exemplo, a questão da cidadania. O neoliberalismo globalista se diz democrático e igualitário. Mas na cúpula deste sistema estão as aristocracias europeias, cuja fortuna é predominantemente financeira. O inglês não tem passaporte de cidadão, tem de súdito. Ainda que esta mesma discriminação não ocorra com holandeses, belgas e suecos, certamente há tratamento diferenciado do poder público para os membros das casas reais e o cidadão comum.

As desregulações financeiras dos anos 1980 e o fim da URSS, em 1991, assim como a edição do Consenso de Washington (1989), marcam a hegemonia unipolar financeira neoliberal no Atlântico Norte e sua expansão colonial pelo Planeta. O jornalista internacional Pepe Escobar denomina este conjunto do centro unipolar financeiro de Otanquistão.

## O nacionalismo multipolar

O significado da multipolaridade não é discutido em países colônias do financismo neoliberal, como o Brasil. Daí a necessidade desta breve introdução conceitual.

Apenas países onde a questão nacional é colocada na formação da unidade nacional podem obter a soberania indispensável para adotar o nacionalismo multipolar.

Porque esta multipolaridade é a igualdade que todos concordam nas relações entre eles. Mas os países não são iguais? Claro, mas as desigualdades só acarretam subordinação se forem assim definidas nos relacionamentos.

Tome-se o exemplo das fontes primárias de energia. Elas estão desigualmente distribuídas pelo mundo. Se as colocarmos como requisito das relações, toda Europa se curvaria diante do Oriente Médio, da Rússia e da Venezuela. Enquanto as finanças impõem o controle das taxas de juros, dos empréstimos, dominam as instituições internacionais para excluírem alguns países dos empréstimos privilegiados, desconhece-se o país que a Arábia Saudita, o Irã, a Rússia ou a Venezuela neguem fornecer petróleo.

Para o sistema unipolar global, que não mais detém o controle das reservas de petróleo – na forma líquida do óleo ou na do gás natural – surgiu a falácia da transição energética, energias intermitentes e mais onerosas, como pudessem substituir o petróleo.

O resultado desta imposição está na queda econômica, dos direitos sociais e trabalhistas, do bem estar que gozavam os países europeus ao tempo do petróleo como principal insumo energético. E acresce-se também a guerra, para transferir recursos públicos para o complexo industrial-militar atlanticista, que reduz extraordinariamente o nível de vida dos ucranianos, iludidos pelas permanentes campanhas moralistas, contra governos que não são necessariamente corruptos, mas agem em desacordo com os interesses financeiros do Atlântico Norte.

A multipolaridade se dá com respeito às individualidades nacionais. A China dá este exemplo na sua atuação junto às organizações que adotam a multipolaridade, que tem na Iniciativa do Cinturão e Rota a mais profunda e secular ação.

Impossível imaginar esta Nova Rota da Seda no mundo tomado por crenças religiosas, que impedem a pessoa ter decisões sobre o próprio corpo, ou sobre políticas, que impedem a cidadania, ou, ainda, sociais que impõem igualdades contrárias à cultura milenar.

Aceitação do outro é um critério multipolar que exige reciprocidade. E, deste modo, o mundo multipolar é o de paz, diferente daquele que tem na concentração de renda seu objetivo.

Proximamente aprofundaremos a discussão do mundo onde vigore a multipolaridade.

*Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.*

# Monitor Mercantil



## Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

## Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

## Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

## Conselho Editorial

Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



## Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

## Assinatura

Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas









## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Milei negocia base militar dos EUA?

A viagem do presidente da Argentina, Javier Milei à cidade mais ao sul do país, Ushuaia, na Terra do Fogo, dia 4, para se encontrar com a general Laura Richardson, chefe do Comando Sul dos EUA, suscitou análises de que o argentino estaria abrindo espaço para uma base naval norte-americana na região.

A viagem não programada – apenas 2 dias depois de os argentinos comemorarem o aniversário da retomada das ilhas Malvinas em 2 de abril de 1982 – teria resultado em um acordo construir conjuntamente o Pólo Logístico Antártico Integrado da Marinha em Ushuaia.

“A China tinha planos de construir um porto polivalente, incluindo um complexo petroquímico, na ilha de Rio Grande, perto de Ushuaia, e assinou um memorando de entendimento com o governador da Terra do Fogo, Gustavo Melella, para esse fim. Richardson quer ter certeza de que o projeto nunca será construído”, analisa o EIR News.

Milei, vestindo uniforme do Exército, foi recebido com protesto por manifestantes – veteranos das Malvinas e outros – que o denunciaram por renunciar à soberania da Argentina. Milei pontificou: “Nosso melhor recurso para defender nossa soberania e resolver problemas com sucesso é reforçar nossa aliança estratégica com os EUA e com todos os países que defendem a liberdade”, entre eles Israel, informou o jornal *Página 12*.

Estaria incluído em “resolver problemas” ter acesso a farto financiamento dos EUA? Só para lembrar, um ministro do então presidente Carlos Menem (1991–1999) exaltou as “relações carnavais” com os Estados Unidos. Adivinhem quem acabou, ahn, se dando mal...

## Negócio fechado

O banco HSBC está dando bye bye à Argentina. A venda de suas operações no país dará prejuízo de US\$ 1 bilhão.

## Sanções a Israel

O ministro dos Negócios Estrangeiros de França, Stéphane Séjourné, sugeriu, nesta terça-feira, que a comunidade internacional deveria pressionar Israel, impondo potencialmente sanções para forçá-lo a permitir mais ajuda a Gaza, indo ao encontro de proposta feita por este colunista ontem.

## Miçangas digitais

O comunicado enviado pela X Brasil, antiga Twitter Brasil, ao STF, de que cuida apenas de “monetização, comercialização e promoção da rede” Twitter/X pode ser enquadrado dentro das manifestações colonialistas que sempre exploraram o Brasil. A empresa vem aqui buscar dinheiro; qualquer discordância, entenda-se com a matriz.

## Rápidas

Organizado pelas professoras Eliane Araujo e Carmem Feijó, o livro *Industrialização e desindustrialização no Brasil – Teorias, evidências e implicações de política* é o novo lançamento da Appris \*\*\* André Soares Pereira, sócio do GSP e membro do conselho fiscal da ABF Rio, faz palestra com Breno Krivkin, CEO da Tribecca, no dia 24, na sede da ABF Rio, na Barra, às 9h30, sobre “Expansão Nacional e Internacional”. Inscrições: [bit.ly/ABFRIO24ABR24](https://bit.ly/ABFRIO24ABR24) \*\*\* Alessandra Scivoletto assume o cargo de diretora Comercial na Itabus, empresa de mídia em movimento no Rio \*\*\* No próximo dia 16, às 9h, será realizad a oficina “Crédito Internacional”, com Luciano Bravo, CEO da Inteligência Comercial. Inscrições: [oferta.inteligenciacomercial.com/lp-rd-campanha-workshop-aci-abril](https://oferta.inteligenciacomercial.com/lp-rd-campanha-workshop-aci-abril)

# Câmara e STF tomam rumos diferentes no X

## Lira quer novo projeto e Moraes enquadra a rede social

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, nesta terça-feira que vai criar um grupo de trabalho para debater a regulação das redes sociais estabelecida no projeto conhecido como PL das Fake News, alegando ser muito polêmico, razão pela qual e não será votado. Acrescentou que o objetivo do grupo é apresentar um texto mais “maduro” para ir ao Plenário

No mesmo dia o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido da rede social X, antigo Twitter, de isentar sua representação brasileira de ser afetada por decisões judiciais tomadas no Brasil. A empresa queria que somente a sede internacional respondesse em possíveis processos. Moraes rejeitou o pedido após a filial brasileira do X alegar que não tem comando sobre as operações da rede social. Segundo o escritório de advocacia que representa a rede no Brasil, a parte brasileira da empresa opera somente com a comercialização de publicidade e monetização de usuários.

O presidente da Câmara disse que o Projeto de Lei 2630/20, conhecido como PL das Fake News, não será votado pelos deputados na forma como foi apresentada pelo relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Lira explicou que o texto foi polemizado e muitas narrativas prejudicaram a apreciação da proposta pelos parlamentares.

Segundo a Agência Câ-

mara, o tema voltou a ser discutido em razão das polêmicas envolvendo o dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, com críticas ao ministro Alexandre de Moraes e ao governo brasileiro. Musk afirmou que não cumpriria determinações de Moraes e reativaria contas bloqueadas, desrespeitando ordens judiciais.

“O PL 2630/20 está fadado a ir a lugar nenhum, não tivemos tranquilidade do apoio parlamentar para votar com a maioria”, afirmou Lira, em coletiva nesta terça-feira. Segundo ele, narrativas de que o projeto em questão seria censura e iria contra a liberdade de expressão prejudicaram a apreciação da proposta.

O presidente disse ainda que a decisão de criação de um GT para debater o tema foi corroborada pelos líderes partidários na reunião desta terça-feira, inclusive pela liderança do governo. Segundo o presidente, os parlamentares avaliaram que o caminho mais hábil e tranquilo é criação de um GT com duração entre 30 a 40 dias, para elaborar um texto menos controverso.

“Não é novidade que tentamos por diversas vezes, em diversas oportunidades, com esforço de todos os líderes, do relator, da presidência da Casa, votar o projeto. Subdividimos o texto na questão dos streamings e na questão dos direitos autorais e não conseguimos um consenso. Todos os líderes avaliaram que o projeto não teria como ir à pauta”, disse Lira.

A Comissão de Seguran-

ça Pública da Câmara dos Deputados aprovou moção de aplauso e louvor a Elon Musk. O autor da moção, deputado Coronel Meira (PL-PE), afirma que Musk expôs e enfrentou a censura política contra usuários do X no Brasil.

O ministro Alexandre de Moraes, na decisão, afirmou que a empresa busca “imunidade jurisdicional” para não ser atingida por decisões da Justiça brasileira. “A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional. Pelo contrário: o fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil”, afirmou.

No último final de semana, Moraes abriu um inquérito para investigar o empresário Elon Musk, dono da rede social. Em postagens publicadas na plataforma, Musk criticou o ministro Alexandre de Moraes e a Corte, além de sugerir que iria desobedecer ordens judiciais contra a plataforma.

O ministro também complementou que os administradores da filial brasileira podem ser responsabilizados por eventuais condutas de obstrução de Justiça e desobediência de ordens judiciais.

Moraes considerou ainda que o pedido para restringir eventuais punições “beira a

litigância de má-fé”. “Diante do exposto, não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet, bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedido”, completou.

Para juristas ouvidas pela Agência Brasil, a decisão de Moraes está fundamentada em um contexto de ameaças às instituições.

Membros da Comissão de Segurança Pública do Senado aprovaram, nesta terça-feira, a realização de uma audiência pública para analisar e debater o conteúdo de e-mails que funcionários da plataforma digital X (antigo Twitter) em que falam de suposto abuso da Justiça brasileira. O debate foi proposto pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) e aprovado por unanimidade.

Serão convidados a participar da audiência pública representantes legais das plataformas X, YouTube, Instagram, Facebook e Twitch, além de uma influenciadora digital e do jornalista norte-americano Michael Shellenberger. Na última hora, os integrantes da comissão também aprovaram que o multibilionário Elon Musk, dono da X, seja convidado a participar por videoconferência, a partir de proposta do vice-presidente do colegiado, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO). A data da sessão para tratar dos chamados Twitter Files Brazil (do inglês, Arquivos Brasileiros do Twitter) ainda vai ser agendada.

# Brasil e México estão entre os principais destinos para expatriados

De acordo com a recente pesquisa InterNations Expatriat Insider, o México é o principal destino para expatriados, superando a Espanha, o Panamá, a Malásia e Taiwan, que ocupa o primeiro lugar. Outra potência latino-americana, o Brasil, também superou a forte concorrência da Finlândia, de Luxemburgo e da Austrália para ocupar o décimo quinto lugar.

Por se tratarem de dois destinos extremamente desejáveis (o México está classificado entre os cinco primeiros desde a realização da primeira pesquisa, em 2014), ambas as economias mostram um crescimento robusto. Os destinos de “Nearshoring”, México e Brasil, também estão atraindo a atenção de empresas multinacionais, em particular, as que buscam contratar talentos locais e estabelecer novos escritórios. Então, a pergunta é: será que está na hora de sua empresa expandir seus negócios no México ou no Brasil?

“Os dois países são

famosos por fazerem grande parte do trabalho econômico do continente latino-americano”, comenta Jaime Bustamante, desenvolvedor Regional de Negócios, do Mauve Group.”No entanto, com esses locais apresentando um crescimento econômico mais forte do que o esperado, juntamente com uma reputação cada vez melhor entre os expatriados, esperamos que o investimento e a expansão continuem ao longo de 2024.”

Entretanto, Jaime informa que cada país tem suas próprias características e pontos a serem considerados. Embora o Brasil tenha a maior economia da América Latina, a do México é mais diversificada, com um setor de TI particularmente atraente e de rápido crescimento. De fato, o setor de TI do México é o maior da América Latina, com as cidades de Monterrey, em Nuevo Leon, em Guadalajara, em Jalisco, sendo chamadas de “Vale do Silício da América Latina”. Monterrey foi recentemente

classificada como a cidade no México que oferece maior qualidade de vida, de acordo com o Mercer Quality of Living City Ranking 2023, enquanto Guadalajara também está bem classificada entre os profissionais expatriados.

Os mexicanos também falam espanhol, uma espécie de língua franca muito usada nos Estados Unidos e na América Latina. No Brasil, de língua portuguesa, as empresas têm acesso a um enorme mercado interno e a uma das verdadeiras megalópoles do Sul Global, São Paulo.

Maior cidade das Américas e dos hemisférios sul e oeste, São Paulo e sua capital abrigam mais da metade das instituições financeiras do país e uma proporção semelhante de empresas de serviços, TI, saúde e educação. O Brasil também é o líder em startups da América Latina e está entre os cinco principais países do mundo com a maior taxa de startups. Possui mais unicórnios do que Singapura, Japão e Austrália, e produz consistentemente inova-

ções nas áreas de AgTech, EdTech e FinTech.

“O México pode ser melhor caracterizado por alguns dos centros tecnológicos mais desenvolvidos e atraentes do mundo, como Monterrey e Jalisco, que agora abrigam milhares de empresas internacionais e centenas de milhares de profissionais altamente qualificados. Já o Brasil é melhor representado pelo Nubank, a inovadora startup de fintech que apresentou um crescimento astronômico para se tornar não apenas um dos maiores bancos da América Latina, mas o maior neobanco do mundo”, explica Jaime Bustamante.

“Ambos oferecem muito para uma empresa internacional que deseja se expandir, é uma questão de decidir se você prioriza a proximidade com os Estados Unidos e uma força de trabalho altamente qualificada, ou um país com reputação de ser incubador de inovações e que lidera o caminho com novas ideias e aplicações”, finaliza.



# Setor de supermercados faturou R\$ 1 trilhão em 2023

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgou nesta segunda-feira o Ranking Abras 2024, estudo que fornece uma visão detalhada do varejo alimentar, incluindo faturamento, número de lojas e empregos gerados. Em 2023, o setor alcançou um faturamento de R\$ 1 trilhão juntando todos os seus formatos e canais de distribuição, como: atacarejo, supermercado convencional, hipermercado, loja de vizinhança, loja de conveniência, loja de container/condomínio, e-commerce e minimercados, mercearias, armazéns e hortifruti. Isso representa 9,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação à geração de empregos, o setor também trouxe números crescentes ante o estudo do ano passado, apresentando 9 milhões de colaboradores diretos e indiretos.

Segundo a Abras, o volume de lojas e canais de distribuição também aumentou, passando de 94.706 lojas no Ranking anterior para 414.663 lojas no atual cenário em todo o país, por onde passam diariamente

2024	2023	Razão Social	Sede	Faturamento (R\$)
1	1	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	SP	115.458.000.000
2	2	ASSAÍ ATACADISTA	SP	72.785.000.000
3	3	MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	MA	30.245.569.000
4	4	GPA	SP	20.617.000.000
5	5	SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.	MG	17.388.297.482
Total 5 Maiores				256.493.866.482
6	6	IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.	PR	15.658.436.442
7	7	GRUPO PEREIRA	SP	13.196.102.780
8	8	CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.	SP	11.180.952.960
9	9	MART MINAS ATACADO E VAREJO & DOM ATACADISTA	MG	9.436.803.936
10	13	KOCH HIPERMERCADO S.A.	SC	7.996.860.000
Total 10 Maiores				313.963.022.600

milhões de consumidores.

Para o presidente da Abras, João Galassi, os números refletem a força e o trabalho intenso do setor. “Estamos orgulhosos dos resultados alcançados e comprometidos em continuar promovendo o desenvolvimento do varejo alimentar no Brasil. Nossos números são fortes. O setor investiu, no ano passado, R\$ 30 bilhões em novas lojas e reformas, por exemplo. Nosso setor trabalha incansavelmente em prol

dos consumidores brasileiros”, celebra Galassi.

O anúncio ocorreu durante a abertura do Smart Market Abras, no Transamerica Expo Center, em São Paulo, em um jantar exclusivo para mais de 500 líderes supermercadistas. Também foram anunciadas as 30 maiores marcas do setor.

O Grupo Carrefour Brasil lidera pela oitava vez o ranking, movimentando R\$ 115,5 bilhões em 2023. O segundo colocado, o Assaí Atacadista, ficou com R\$

72,8 bilhões de faturamento, sendo seguido pelo Grupo Mateus, tendo apurado, no período, R\$ 30,2 bilhões.

Desenvolvido em colaboração com a NielsenIQ, o Ranking ABras é realizado há 47 anos e, nesta edição, traz a novidade da inclusão de dados de mais de 300 mil micro e pequenas empresas do Simples Nacional, em parceria com o Sebrae Nacional, ampliando a compreensão do cenário do varejo alimentar brasileiro.

## Embraer e Correios planejam otimizar transporte aéreo de cargas

A Embraer e os Correios assinaram nesta terça-feira um Memorando de Entendimento (MoU) com foco no transporte aéreo de cargas. As duas empresas conduzirão estudos conjuntos para avançar na otimização e expansão da malha aérea nacional e internacional voltada para cargas e mercadorias de grande porte.

A cooperação estratégica entre as empresas buscará ampliar a eficiência dos Correios no transporte aéreo e reduzir custos de operação na comparação com outros modais, além de avaliar desafios e oportunidades para novos modelos de negócio envolvendo as plataformas da Embraer, como E-190F, E-195F e C-390 Millennium.

“Com essa parceria poderemos trazer mais eficiência para a nossa malha logística e com isso beneficiar a população brasileira, que é a nossa maior missão como empresa pública e agente do governo federal. Somos os maiores operadores de carga aérea do país isoladamente; nenhuma outra empresa logística tem sequer a metade das linhas aéreas e carga movimentada pelos Correios”, diz o presi-



dente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, destacando que a remodelação da malha aérea da estatal faz parte do projeto de modernização da empresa, o Correios do Futuro.

“Estamos muito satisfeitos em contribuir com os Correios no estudo de uma malha logística mais eficiente para o transporte de merca-

dorias, em âmbito nacional e internacional. A Embraer possui um portfólio de aeronaves consolidado e as soluções a serem estudadas em conjunto permitirão aos Correios ampliar a oferta de serviços para os seus clientes, com alta confiabilidade e eficiência”, afirma Bosco da Costa Junior, Presidente e CEO da Embraer Defesa

& Segurança.

A Embraer está avançando dentro de seu cronograma para a conclusão de sua primeira conversão de E-Jet para versão cargueira. A companhia realizou seu primeiro teste em voo com sucesso. A Embraer já conta com dois contratos para conversão de até 20 E-Jets para cargueiros.

## Brasil é 6º no ranking mundial da energia solar

Segundo apuração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), com base em dados da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), o Brasil subiu duas posições no ranking mundial dos países com maior potência acumulada da fonte solar fotovoltaica. O país encerrou 2023 com 37,4 gigawatts (GW) de capacidade operacional solar e assumiu, de forma inédita, a sexta colocação no balanço internacional.

Os dados consideram a somatória das grandes usinas solares e dos sistemas de geração própria solar de pequeno e médio portes, em telhados e fachadas de edifícios e em pequenos terrenos, com base na potência total acumulada ao final de 2023.

De acordo com a Absolar, a sexta colocação coloca o país em posição de destaque na geopolítica global de transição energética e é fruto dos cerca de 11,9 gigawatts (GW) adicionados da fonte solar no ano de 2023. Ao analisar a potência adicionada somente no último ano, a Irena coloca o Brasil como o quarto maior mercado de energia solar no mundo em 2023.

Com isso, apenas no ano passado, o setor solar atraiu mais de R\$ 59,6 bilhões de novos investimentos, um crescimento de 49% em relação aos investimentos acumulados até o final de 2022 no país.

Em relação à potência acumulada de energia solar, o ranking é liderado pela China (609,3 GW), seguida pelos Estados Uni-

dos (137,7 GW), Japão (87,1GW), Alemanha (81,7 GW) e Índia (72,7 GW).

Atualmente, a fonte solar é a segunda maior na matriz elétrica nacional, com 41 GW em operação no Brasil, responsáveis por mais de R\$ 195 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 1,2 milhão de empregos verdes no país. Atualmente, a participação da fonte solar equivale a 17,4% da matriz elétrica brasileira.

Para o CEO da Absolar, Rodrigo Sauaia, a solar fotovoltaica é a fonte renovável mais competitiva do País, sendo uma forte locomotiva para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. “O crescimento acelerado da energia solar é tendência mundial e o avanço brasileiro nesta área é destaque internacional. “O Brasil possui um dos melhores recursos solares do planeta e assume cada vez mais protagonismo neste processo de transição energética e combate ao aquecimento global”, explica.

O presidente do Conselho de Administração da Associação, Ronaldo Koloszuk, ressalta que, além de ser uma fonte competitiva e limpa, a maior inserção da energia solar é fundamental para o país reforçar a sua economia e impulsionar a sustentabilidade no Brasil e no mundo. “A fonte solar é um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável, que atrai capital, traz divisas, gera grandes oportunidades de negócios, cria novos empregos verdes e amplia a renda dos cidadãos”, aponta.

## Preços dos eletroeletrônicos caem 7,4% em março

Os preços dos produtos eletroeletrônicos oferecidos por meio da internet tiveram queda anual de 7,4% em março de 2024, de acordo com o Índice de Preços Fipe/Buscapé. A pesquisa, que monitora 47 categorias de eletroeletrônicos e mais de 2 milhões de preços continuamente com informações do principal comparador de preços do país, mostra que a variação de março é semelhante à média das variações anuais dos últimos seis meses, com pequenas diferenças entre eles, indicando estabilidade do índice no período.

Os preços dos eletroeletrônicos tiveram queda anual em todos os meses desde janeiro de 2023, ao contrário do que vem ocorrendo com os preços em geral. A queda mensal de -1,29%

nos preços de eletroeletrônicos vista em março vem logo após as quedas de -0,05% em janeiro, e de -0,56% em fevereiro, e reforça o cenário de deflação do segmento que, de acordo com a série de 27 meses do Índice Fipe/Buscapé, teve aumentos de preços somente em cinco meses.

Para Sergio Crispim, pesquisador da Fipe, o movimento de queda de preços é global e pode ser considerado normal para o setor. “Fatores estruturais e a inovação no setor de tecnologia fazem com que haja uma sistemática redução nos preços dos produtos ao longo do tempo. Cenários de alta em determinadas categorias são influenciados por fatores externos pontuais, como é o caso do ar-condicionado”, explica o pesquisador.



EDF OITI TRANSMISSORA S.A. CNPJ nº 49.008.174/0001-90 - NIRE 333.0034699-6	
<b>Ata da AGE em 04/04/24. 1. Data, Hora e Local:</b> Realizada aos 04/04/24, às 12h, na sede social da EDF OITI TRANSMISSORA S.A. (“Cia.”), localizada na Av. República do Chile nº 330, Bloco 2, Sala 601, Centro/RJ. 2. <b>Convocação e Presença:</b> Dispensada as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da acionista única, titular da totalidade das ações da emissão da Cia., representada por seus diretores Pierre Stéphane Bernard, francês, casado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade RNM nº F308968-8 e CPF/MF 716.350.561-28 e Mariano Javier Gaio, italiano, casado, RNM nº F197206N e CPF/MF 065.600.777-05, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). 3. <b>Composição da Mesa:</b> Pierre Stéphane Bernard – <b>Presidente</b> ; e Juliana Soares Ribeiro – <b>Secretária</b> . 4. <b>Ordem do Dia:</b> Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) a aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória adicional, em série única, da Cia., no valor de R\$ 136.000.000,00 (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), objeto de oferta pública de distribuição, a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o rito de registro automático de distribuição, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/76, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), da Resolução CVM nº 160, de 13/07/22, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), observados os termos e condições previstos na “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EDF Oiti Transmissora S.A.” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Cia. e a <b>Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</b> , na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente); (ii) a aprovação da constituição e outorga, pela Cia., da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo); (iii) a autorização para que a diretoria da Cia., ou seus procuradores, pratiquem todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), o Contrato de Distribuição, eventuais aditamentos, anexos, procurações, necessários à implementação da deliberação constante dos <b>itens (i) e (ii) acima</b> ; (iv) a outorga de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia, inclusive irrevogáveis e irretatáveis, por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Cia. mencionadas no art. 15, §2º; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela administração da Cia. para a consecução dos fins indicados nos <b>itens (i) a (iii) acima</b> . 5. <b>Deliberações:</b> Pela acionista única, titular da totalidade das ações de emissão da Cia., foram tomadas, as seguintes deliberações: 5.1 Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características e condições, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão: <b>A. Número da Emissão:</b> A Emissão objeto da Escritura de Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Cia.. <b>B. Data de Emissão:</b> Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2024 (“Data de Emissão”). <b>C. Número de Séries:</b> A Emissão será realizada em série única. <b>D. Valor Nominal Unitário:</b> O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). <b>E. Quantidade de Debêntures:</b> Serão emitidas 136.000 Debêntures. <b>F. Valor Total da Emissão:</b> O valor total da Emissão é de R\$ 136.000.000,00, na Data de Emissão. <b>G. Destinação dos Recursos:</b> Nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24/06/11, conforme alterada (“Lei 12.431”), do Decreto Presidencial nº 8.874, de 11/10/16 e da Portaria da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME nº 2.290/SN-TEP/MME, de 13/06/23, a totalidade dos recursos captados pela Cia. por meio da Emissão serão destinados para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de transmissão de energia elétrica, de titularidade da Cia., conforme informações descritas na tabela prevista na Escritura de Emissão (“Projeto”). <b>H. Agente de Liquidação e Escripturador:</b> O agente de liquidação e o escripturador da Emissão será a <b>Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</b> , instituição financeira, com sede na Av. das Américas, nº 3.434, Bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca/RJ, CNPJ/MF 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação na prestação dos serviços de Agente de Liquidação da Emissão e “Escripturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escripturador na prestação dos serviços de escripturador das Debêntures). <b>I. Colocação e Procedimento de Distribuição:</b> As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação, para o Valor Total da Emissão, a ser prestada por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenador líder (“Coordenador Líder”), responsável pela colocação das Debêntures, nos termos “ <i>Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da 1ª Emissão da EDF Oiti Transmissora S.A.</i> ”, a ser celebrado entre a Cia. e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”). <b>J. Garantia Fidejussória:</b> Para garantir o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Cia. nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), incluindo, mas sem limitação, (i) as obrigações pecuniárias relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; (ii) todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Cia. na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de pagar despesas, custos, encargos, multas e/ou comissões relativas às Debêntures subscritas e integralizadas, à Escritura de Emissão e à totalidade das obrigações acessórias; e (iii) o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção das Garantias (conforme definidas abaixo), bem como todos e quaisquer custos e/ou despesas incorridas pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da excussão das Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (“Obrigações Garantias”), a <b>Edf International S.A.</b> , sociedade constituída e existente de acordo com as leis da França, com sede na 20 Place de la Défense 92050, La Défense, na cidade de Paris, França (“EDF França”), obrigá-se-á perante os Debenturistas, como fiadora e principal pagadora, pelo pagamento de 100% das Obrigações Garantias, observado o disposto na Escritura de Emissão, até a data da verificação do <i>Completion</i> do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão), de acordo com os termos e condições do instrumento denominado “ <i>Autonomous First Demand Guarantee</i> ” regido pelas leis da França, a ser emitido pela EDF França, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e seus eventuais aditamentos (“ <i>Garantia EDF França</i> ”). A Garantia EDF França entrará em vigor na data de celebração da Escritura de Emissão e permanecerá válida até a verificação do <i>Completion</i> do Projeto nos termos da Escritura de Emissão. <b>K. Garantias Reais:</b> Para garantir o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantias, a Cia. e a <b>Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.</b> , CNPJ/MF 03.258.983/0001-59 (“Alienante”), conforme o caso, constituirão as seguintes garantias reais, nos termos da Escritura de Emissão (em conjunto, as “Garantias Reais”), sendo que a Cia. será responsável pela constituição da Cessão Fiduciária e por fazer com que a Alienante constitua a Alienação Fiduciária de Ações: I. alienação fiduciária das ações, presentes e futuras, de propriedade da Alienante representativas de 100% do capital social da Cia., bem como os demais acessórios das ações, nos termos do “ <i>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças</i> ” a ser celebrado entre a Cia., a Alienante e o Agente Fiduciário (“ <i>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações</i> ” e “ <i>Alienação Fiduciária de Ações</i> ”, respectivamente); e II. cessão fiduciária, nos termos do artigo 66-B, § 3º, da Lei 4.728 e observado o disposto nos artigos 28 e 28-A da Lei 8.987, nos termos do “ <i>Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças</i> ”, a ser celebrado entre a Cia., na qualidade de cedente devedora e o Agente Fiduciário (“ <i>Contrato de Cessão Fiduciária</i> ” e “ <i>Cessão Fiduciária</i> ”, respectivamente; sendo (a) o Contrato de Cessão Fiduciária, quando referido em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “ <i>Contratos de Garantia</i> ”; e (b) a Alienação Fiduciária de Ações, quando referido em conjunto com a Cessão Fiduciária, as “ <i>Garantias Reais</i> ”); II.A. de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração direta ou indireta da Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão), ou, ainda, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes da Concessão que possam ser objeto de cessão, incluindo, mas sem limitação, as Receitas Tarifárias e Não Tarifárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), ou, ainda, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes da Concessão, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do contrato de concessão nº 04/2023-ANEEL, celebrado em 31 de março de 2023 (“ <i>Contrato de Concessão</i> ”) e “ <i>Direitos Creditórios</i> ”, respectivamente); II.B. de todos os direitos emergentes da Concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente (conforme definido na Escritura de Emissão), em decorrência da extinção, caducidade, encampação, revogação, relicitação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão (“ <i>Direitos Emergentes</i> ”); II.C. de todos os direitos creditórios da Cia. decorrentes dos valores a serem depositados e mantidos nas contas bancárias, de sua titularidade, na qual serão depositados valores decorrentes da Cessão Fiduciária, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como os demais direitos creditórios, valores a serem depositados nas Contas da Cessão Fiduciária e demais direitos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária (“ <i>Direitos Cedidos Fiduciariamente</i> ” e “ <i>Contas da Cessão Fiduciária</i> ”, respectivamente); <b>L. Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:</b> As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão (“B3”); (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (iii) custódia eletrônica na B3. <b>M. Preço de Subscrição:</b> O preço de subscrição e integralização das Debêntures na Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) será o seu Valor Nominal Unitário e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Atualizado das Debêntures acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, podendo ser acrescido de ágio ou deságio a ser definido a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que aplicado em igualdade de condições a todas as Debêntures em cada data de integralização, utilizando-se 8 casas decimais, sem arredondamento (“Preço de Subscrição”). <b>N. Data de Subscrição e Integralização:</b> As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma ou mais datas, sendo considerada “ <i>Primeira Data de Integralização</i> ”, para fins da Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. A integralização das Debêntures será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Preço de Subscrição, dentro do período de distribuição na forma do artigo 59 da Resolução CVM 160, e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da B3, em valor correspondente ao Preço de Subscrição; <b>O. Atualização Monetária das Debêntures:</b> O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a data do seu efetivo pagamento (“ <i>Atualização Monetária</i> ”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (“ <i>Valor Nominal Atualizado</i> ”). <b>P. Remuneração das Debêntures:</b> Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão juros	

remuneratórios que serão definidos na data do Procedimento de *Bookbuilding*, limitados ao que for maior entre: (a) um percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) com vencimento em 2040, apurada no Dia Útil imediatamente anterior ao Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>), acrescida exponencialmente de sobretaxa anual (spread) de 0,90% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (b) 6,00% ao ano, base 252 Dias Úteis (“*Remuneração*”). A Remuneração será calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (“*Período de Capitalização*”), e deverá ser paga, observada a periodicidade prevista na Escritura de Emissão, ao final de cada Período de Capitalização, ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Escritura de Emissão; ou (ii) do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou do Resgate Obrigatório Total. A Taxa Final da Remuneração (conforme definido abaixo), uma vez calculada em conformidade com a Escritura de Emissão, será ratificada por meio do Aditamento do *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos da Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Cia., nos termos deste ato, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturista (conforme definido na Escritura de Emissão). **Q. Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding):** O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, sem lotes mínimos ou máximos, para definição, de comum acordo com a Cia., da taxa final da Remuneração das Debêntures (“*Taxa Final da Remuneração*”) e “*Procedimento de Bookbuilding*”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pela Cia. por meio de aditamento a Escritura de Emissão (“*Aditamento do Bookbuilding*”). **R. Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo, Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, Resgate Obrigatório Total (conforme definido abaixo), ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Remuneração será paga semestralmente, todo dia 15 dos meses de maio e novembro, com carência, sendo o primeiro pagamento devido em 15/11/26 e o último na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “*Data de Pagamento da Remuneração*”). **S. Amortização do Valor Nominal Atualizado:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo, Aquisição Facultativa, Resgate Obrigatório Total ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Atualizado será pago pela Cia. aos Debenturistas em 46 (quarenta e seis) parcelas semestrais consecutivas, todo dia 15 dos meses de maio e novembro, sendo a primeira parcela devida em 15/11/26 e as demais parcelas devidas nas datas e conforme percentuais indicados na tabela prevista na Escritura de Emissão. **T. Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Cia. no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo Escripturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (c) pela EDF França, na forma prevista na Garantia EDF França, fora do âmbito da B3 (“*Local de Pagamento*”). **U. Tipo e Forma:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. **V. Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Cia.. **W. Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo, Aquisição Facultativa Resgate Obrigatório Total ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 25 anos e 1 mês contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15/05/49 (“*Data de Vencimento das Debêntures*”). **X. Prorrogação dos Prazos:** Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, até o 1º Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não coincidir com Dia Útil. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por “*Dia(s) Útil(is)*” (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do RJ e na Cidade de SP, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Y. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Cia. no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Cia. ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas comprovadamente incorridas para cobrança (“*Encargos Moratórios*”). **Z. Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:** A Cia. poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15/04/28 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures (“*Resgate Antecipado Facultativo*”), nos termos da Resolução CMN 4.751, de 26/09/19 (“Resolução CMN 4.751”), ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, e desde que se observem: (a) o prazo médio ponderado mínimo de 4 anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) o disposto no inciso II do artigo 1º, §1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis, observadas as condições abaixo dispostas, mediante comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e a B3 ou mediante publicação de comunicação amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, ambos com antecedência mínima de 5 Dias Úteis da data do resgate (“*Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo*”). O Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures será operacionalizado conforme previsto na Escritura de Emissão. **AA. Resgate Obrigatório Total:** Uma vez transcorrido o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos considerando os pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, de 26 de setembro de 2019 (“*Resolução CMN 4.751*”) e calculado nos termos da Resolução CMN nº 5.034, de 21/07/22 (“*Resolução CMN 5.034*”), a Cia. estará obrigada, desde que não opte por arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão, a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures na ocorrência dos eventos previstos na Escritura de Emissão, sendo que a Cia. deverá informar o Agente Fiduciário sobre a liquidação antecipada em até 3 Dias Úteis da data da efetiva ocorrência de tal liquidação e fornecer todos os documentos que evidenciem a liquidação antecipada aqui mencionada (“*Resgate Obrigatório Total*”). O Resgate Obrigatório Total será operacionalizado conforme previsto na Escritura de Emissão. **BB. Aquisição Facultativa:** A Cia. poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e ao disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29/03/22, após 2 anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela regulamentação aplicável da CVM e do Conselho Monetário Nacional – CMN), ou seja, a partir de 15/04/26 (inclusive), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431, adquirir Debêntures no mercado secundário (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração, desde que observe as regras expedidas pela CVM. A Aquisição Facultativa será operacionalizada conforme previsto na Escritura de Emissão. **CC. Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures. **DD. Possibilidade de Desmembramento.** Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **EE. Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado automático de todas as obrigações decorrentes das Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, quando da ocorrência dos eventos específicos previstos na Escritura de Emissão (cada um desses eventos, um “*Evento de Inadimplemento Automático*”). Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência dos eventos específicos, Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum específico estabelecido na Escritura de Emissão, sendo que qualquer Assembleia Geral de Debenturistas lá prevista poderá também ser convocada pela Cia., na forma da Escritura de Emissão (cada evento, um “*Evento de Inadimplemento Não Automático*”) e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automáticos, “*Eventos de Inadimplemento*”). **FF. Demais Características:** As demais características e especificidades das Debêntures da Emissão e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes. **5.2** Aprovar a constituição e outorga, pela Cia., da Cessão Fiduciária, nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária. **5.3** Aprovar a autorização para que a diretoria da Cia., ou seus procuradores, pratiquem todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição, eventuais aditamentos, anexos, procurações, necessários à implementação das deliberações constantes dos **itens 5.1 e 5.2 acima**. **5.4** Aprovar a outorga de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia, inclusive irrevogáveis e irretatáveis, por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Cia. mencionadas no art. 15, §2º. **5.5** A ratificação de todos os atos já praticados pela administração da Cia. para a consecução dos fins indicados nas deliberações constantes dos **itens 5.1 a 5.3 acima**. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas: Mesa: Presidente** – Pierre Stéphane Bernard; e **Secretária** – Juliana Soares Ribeiro. **Acionista:** Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., representada pelos seus diretores Pierre Stéphane Bernard e Mariano Javier Gaio. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024. **Mesa:** Pierre Stéphane Bernard - **Presidente**; Juliana Soares Ribeiro - **Secretária**. **Acionista:** Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.. Pierre Stéphane Bernard - **Diretor**; Mariano Javier Gaio - **Diretor**. JUCERJA em 05/04/2024 sob o nº 6167705. Gabriel Oliveira de Souza Vol - Secretário Geral.

## Redução de 3,5% a 5% na conta de luz

Medida provisória (MP) para permitir investimento em geração de energia sustentável e redução de reajustes anuais nas contas de luz até 2026, foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sole-nidade nesta terça-feira, no Palácio do Planalto. A proposta prevê R\$ 165 bilhões em geração hidroelétrica, eólica, solar e de biomassa.

Segundo o governo, a proposta pode gerar até 400 mil empregos com os investimentos privados. Para que isso seja viabilizado, a MP, segundo o governo, permite adequação de prazos de projetos de geração de energia limpa e renovável ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pelo governo para escoamento para o centro de carga. Os empreendimentos de energia renováveis poderão acrescentar até 34 gigawatts (GW) de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com projeções do Ministério de Minas e Energia (MME).

Segundo a Agência Brasil, a proposta também antecipa recebimento de recursos a serem pagos no processo de privatização da Eletrobras. Esses recursos pagariam os custos adicionais de energia pelo efeito da pandemia e da crise hídrica de 2021. A medida pode reduzir entre 3,5% a 5% os reajustes anuais nas contas de luz, de acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

“Vamos corrigir um erro grotesco que o setor elétrico conhece bem, do governo anterior. Alguém, em algum momento, achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos e jogar o boleto no colo dos brasileiros e brasileiras mais pobres e da classe média, que são os consumidores regulados”, destacou o ministro, que disse que os recursos serão usados para quitar empréstimos cujos juros estavam sendo repassados ao consumidor final.

“Vamos quitar, vamos trabalhar para isso, os empréstimos criados a juros abusivos, contraídos durante a [pandemia de Covid e durante escassez hídrica para minimizar e impedir mais aumento de energia. Devemos R\$ 11 bilhões para diminuir a conta dos brasileiros. Essas duas contas foram contraídas de forma irresponsável e nunca deveriam ter sido jogadas no colo do consumidor de energia”, acrescentou.





LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. – COMPANHIA ABERTA  
CNPJ Nº 00.743.065/0001-27 - NIRE: 33300161899

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária-Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da Litel Participações S.A. a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 15 horas, de forma exclusivamente virtual via plataforma Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em Assembleia Geral Ordinária – (“AGO”): 1.1)* Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independente; *1.2)* Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; *II – Em Assembleia Geral Extraordinária – (“AGE”): 1.3)* Ratificação aa eleição do conselheiro Claudio Antonio Gonçalves; e, *1.4)* Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. **Carlos Eduardo Reich de Sampaio - Diretor de Relações com Investidores**

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA DELEGACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ADESG-RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – AGO – SITUAÇÃO FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO DAS CONTAS EXERCÍCIO 2022/2023, ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA PELA REPRESENTAÇÃO DE PETRÓPOLIS, CRITÉRIO DE REINTEGRAÇÃO DE ASSOCIADOS.

A Comissão Executiva da ADESG RJ, convoca todos os associados quites até a anuidade de 2023, para a AGO, no dia 29 de abril de 2024, segunda-feira, a ser realizada em primeira convocação às 18h30 e em segunda e última convocação às 19h, através da plataforma zoom a cujo código de acesso será fornecido sob demanda aos adesguianos quites até 2023, na antevésperadadataderealizaçãodaAGO.RiodeJaneiro,04deabrilde2024. **Manoel Joaquim Pinto Neto – Delegado ADESG/RJ.**

SMARTCOAT – SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ/ME nº: 09.122.486/0001-05 - NIRE: 33.3.0032943-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da SMARTCOAT – SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária(“AGOE”), a ser realizada virtualmente, nos termos do disposto no Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, incluindo suas alterações, expedida pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (“DREI”), às 11:00 horas do dia 6 de maio de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (“Exercício 2023”); e (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, para acomodar a mudança do endereço da sede da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2024. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGOE virtualmente, através do acesso gratuito à plataforma de videoconferência “Microsoft Teams”, sendo que os documentos informações obrigatórias estarão à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia ou por meio do e-mail [ri@priner.com.br](mailto:ri@priner.com.br). Para participação na AGOE, por meio da plataforma “Microsoft Teams”, os acionistas devem enviar uma solicitação à Companhia pelo e-mail indicado neste Edital, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao horário marcado para o início da AGOE, acompanhada de toda a documentação necessária, conforme mencionada abaixo. Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para a sua participação por meio da plataforma ora referida. Será necessário que os acionistas apresentem documentos para comprovar sua identidade e qualidade de acionistas para que sejam admitidos à AGOE. O acionista, pessoa jurídica, deverá estar representado por seu representante legal. Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na AGO por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. *A Diretoria.*

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cia. Aberta - CNPJ 30.540.991/0001-66 – NIRE 333.0014610-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO–AGO: Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer às 9h00min, do dia 29/04/2024, na Av. Engº Hans Gaiser, 26, Nova Friburgo/RJ, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado; III) Eleger os membros do Conselho de Administração da Cia. e fixar a remuneração global dos administradores. Em conformidade com o Artigo 124, Parágrafo 6, da Lei 6.404/76, e da Instrução CVM 481/09, encontram-se a disposição dos acionistas para consulta, na sede e no site da Cia, bem como da CVM e da BMFBOVESPA, os documentos objetos de deliberações da Assembleia ora Convocada. **INSTRUÇÕES GERAIS: a)** Conforme previsto nos Arts. 12º e 13º do Estatuto Social da Cia, somente poderão comparecer a AGO os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas em lista de acionistas expedida pelo Banco Bradesco S.A., agente de custódia de Ações da Cia, em até 05 dias antes da data de realização da AGO, observando Art. 126 da Lei 6.404/76, munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Identidade e CPF; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com respectiva comprovação da representação legal. Em ambos os casos se forem representados por procuração, que observem o disposto no § 1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os instrumentos de mandato com especiais poderes para representação na AGO, a que se refere o presente edital, serem depositados na sede da Cia. ou por e-mail, em até 05 dias antes da data marcada para sua realização; **b) Boletim de Voto à Distância:** caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09 e alterações, poderá enviar o Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, ou diretamente à Cia, conforme orientações constantes no boletim de voto à distância, disponível nos sites da Cia “Investidores/Assembleias”, da CVM e da BMFBOVESPA. Nova Friburgo, 09/04/2024, José Luiz Abicalil - Presidente do Conselho de Administração.


EDITAL DE CONVOCAÇÃO

XIV Congresso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

Pelo presente edital, na forma do Capítulo I do Título III do Estatuto, ficam convocados os professores sindicalizados a participarem do XIV Congresso do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e Região, a realizar-se nos dias 21, 22, e 23 de junho de 2024. **I – DO TEMÁRIO**  
- Valorizar o magistério e fortalecer a democracia  
**II – DA ELEIÇÃO DE DELEGADOS**  
Poderão ser delegados os professores sindicalizados até a data de sua eleição, em dia com as mensalidades do Sindicato até a data da entrega da ata eleitoral, inclusive. Os delegados serão eleitos nos estabelecimentos particulares de ensino ou mantenedoras de ensino de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior Cursos de Ensino Profissional Cursos de Línguas Técnicas ou assemelhados, na seguinte proporção:  
a) Nos estabelecimentos que tenham até 20 professores, 2 (dois) delegados;  
b) Nos estabelecimentos que tenham de 21 até 50 professores, 3 (três) delegados;  
c) Nos estabelecimentos que tenham de 51 até 100 professores, 4 (quatro) delegados;  
d) Nos estabelecimentos que tenham de 101 até 200 professores, 6 (seis) delegados;  
e) Nos estabelecimentos que tenham de 201 até 400 professores, 8 (oito) delegados;  
f) Nos estabelecimentos que tenham de 401 até 500 professores, 10 (dez) delegados;  
g) Nos estabelecimentos que tenham mais de 500 professores, 12 (doze) delegados;  
h) Por até 12 (doze) delegados eleitos entre os professores aposentados, através de assembleia especialmente convocada para este fim. O período de eleição de delegados será até dia 10 de junho de 2024. Os nomes dos eleitos, a ata eleitoral e a lista de votantes serão entregues, sob pena de nulidade, na Secretaria do Sindicato ou na subse-de até as 18h do dia 10 de junho de 2024.  
As eleições, bem como o material eleitoral, seguirão normas e modelos previstos no Estatuto do Sinpro-Rio, que se encontra a disposição de todas na Sede, na Subsede e no portal do Sinpro-Rio na internet.  
**III – DAS TESES**  
As teses deverão abordar exclusivamente temas constantes do temário, sendo que o Congresso só poderá deliberar restritivamente sobre as mesmas, devendo ser entregues nas Secretarias da Sede ou da Subsede do Sinpro-Rio, até as 18 horas do dia 10 de junho. Não serão aceitas teses que não versem sobre o temário ou cuja entrega ultrapasse o prazo deste Edital.  
O Congresso somente tratará dos temas para os quais foi convocado.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024

Elson Paiva – Presidente do Sinpro-Rio



SinproRio  
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

# GetNinjas (NINJ3): avaliação sobre 2023 e perspectivas para 2024

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a GetNinjas com Thiago Gramari, diretor de RI da companhia.

Como a GetNinjas avalia o seu ano de 2023?

Se você olhar os números, 2023 foi um ano positivo, pois foi o primeiro lucro líquido desde o IPO. Contudo, se você analisá-los minuciosamente, esse resultado positivo não foi fruto da operação em si, já que ele foi muito ajudado pela receita financeira gerada pela aplicação do caixa da companhia.

O ano de 2023 foi um ano de ajustes. A companhia passou por um importante lay-off em maio de 2023 e revisitou seus processos. Isso proporcionou bastante redução de despesas, que também influenciaram no resultado final da companhia. Contudo, por mais que os ajustes tenham sido feitos, eles não foram suficientes, haja vista que o resultado operacional da GetNinjas ainda foi uma geração de caixa negativa.

Com a nossa entrada a partir de dezembro de 2023, nós começamos a olhar tudo o que havia sido feito, principalmente no controle de custos e despesas, que ainda têm bastante espaço para serem melhorados. Uma das primeiras ações que tomamos foi estabelecer o orçamento base zero (OBZ), zerando o passado e passando a olhar o que precisamos, tendo claro que o que não precisamos não será contratado. Assim, nós revisitamos cada um dos



Thiago Gramari

contratos da companhia com fornecedores e fizemos os ajustes necessários.

Todo esse trabalho tinha como objetivo entrar em 2024 bem redondos, com tudo ajustado e com todo o time tendo comprado essa racionalização de despesas, de forma a seguirmos e buscarmos o resultado operacional positivo.

Quais são os principais desafios da GetNinjas relacionados aos seus números?

Hoje, a companhia depende, única e exclusivamente, de uma fonte de receita: a venda de moedas para profissionais. Aqui, nós temos o grande desafio de diversificação das fontes de receita. A companhia roda, e roda muito bem, tendo faturado R\$ 71 milhões no ano passado, mas focada numa única linha de receita.

O desafio deste ano é avançar em novas linhas de receita e destravar valor como um todo, melhorando o que já fazemos hoje e

trazendo outras fontes de receita que agreguem e que possam se tornar, no futuro, tão ou mais relevantes quanto o negócio de agora. Nós temos o desafio de crescer, mas por outras vias de crescimento.

Mais da metade da mensagem da administração da GetNinjas foi dedicada ao novo direcionamento da companhia, iniciado em setembro de 2023. Como está esse trabalho?

Esse trabalho foi iniciado em dzero. Desde que entramos, nós procuramos olhar, minuciosamente, cada parte da operação, passando por pessoas, tecnologia, custos e despesas, e, principalmente, novas fontes de receita. Nós continuamos trabalhando intensamente, tanto que foram quatro meses que parecem quatro anos.

Nós abrimos esse diálogo e sempre fomos muito abertos com os colaboradores da empresa. Nós

mapeamos, escrevemos, implementamos e estamos acompanhando. Todos os dias, nós estamos olhando com carinho para três pilares: pessoas, novas avenidas de crescimento e racionalização de despesas. O que mais queremos é que haja na GetNinjas um senso de dono, que todos olhem a companhia de forma a que ela seja longaeva. Nós estamos trabalhando para que as ações que foram implementadas sejam o melhor para a companhia e deem retorno para os acionistas.

Como a GetNinjas avalia as suas perspectivas para 2024?

A partir da implementação do OBZ, nós entendemos que existe uma bela luz no fim do túnel. A empresa é capaz de gerar caixa e de ser saudável. Nós estamos olhando para 2024 como o ano para fazermos isso acontecer. A nossa meta é entregar a companhia com um Ebitda positivo e saudável em 2024.

BANCO CLASSICO S.A.  
CNPJ: 31.597.552/0001-52

Edital de Convocação: Ficam convidados os Senhores Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em nossa sede social, sito a Rua Vinícios de Moraes, 266 - Ipanema - Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 2024 às 10 horas, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) Exame do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como do relatório (parecer) dos Auditores Independentes; 2) Destinação do lucro líquido do exercício. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Aumento do Capital Social por incorporação de lucros acumulados, constante do Balanço de 31/12/2023; 2) Alteração do Estatuto Social, referente ao Artigo 14º que trata da Ouvidoria. 3) Outros assuntos do interesse da sociedade. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024 - A Diretoria.

LITELA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO. COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 05.495.546/0001-84 - NIRE: 33300271406. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Edital de Convocação.

Ficam convocados os senhores acionistas da Litela Participações S.A. - Em Liquidação a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2024, às 15h30, de forma exclusivamente virtual via plataforma Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em Assembleia Geral Ordinária – (“AGO”):* Apreciação das Contas do Liquidante, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e do quadro geral de credores na data-base de 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; Destinação do Lucro Líquido do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023; *II - Em Assembleia Geral Extraordinária – (“AGE”):* Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024; Ratificação da Eleição do Conselheiro Claudio Antonio Gonçalves; e, Aprovação da 10ª Partilha Antecipada de Ativo, nos termos do Art. 215, da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. **Eximia Capital Partners Ltda - Liquidante.**

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.

CNPJ Nº 33.697.723/0001-40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2024

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 17 de abril de 2024, sendo a primeira chamada às 13h45, e segunda, às 14h, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapirú, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023; b) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; c) Avaliação e aprovação do enquadramento da empresa no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa - IBGC; d) Mudança do estatuto para prever a inclusão de novos diretores e alteração do artigo 12 e seus respectivos parágrafos; e) Mudança do estatuto para prever a criação de Conselho de Administração; e) Eleição dos membros do Conselho de Administração; g) Eleição dos membros do Conselho Consultivo; h) Eleição dos membros da Diretoria; i) Fixação do limite de remuneração dos diretores; j) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho de Administração; k) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; e l) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente.**

ROBISI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF Nº 05.323.194/0001-80

Aviso aos Acionistas: Comunicamos aos Srs. acionistas, na forma do Art. 133 da Lei nº 6.404/76, que se acham à sua disposição, na sede da Cia., na Av. Nossa Senhora de Copacabana, 327/RJ, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/23. RJ, 09/04/24. A Diretoria.

ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Errata ao Edital de Convocação da Assembleia Geral Eleitoral publicado em 15/03/2024 para as Eleições da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Federação da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do estado do Rio de Janeiro-APCEF/RJ. A CONVOCAÇÃO da Assembleia Geral Eleitoral, a ser realizada na Sede Social da APCEF/RJ na Rua 13 de Maio 23B, sobreloja, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-000, no próximo dia 11/04/2024 às 18:00h em primeira convocação e às 18:30h em segunda convocação, que definirá o processo das eleições para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo da APCEF/RJ, para mandato dos anos de 2024 a 2028, terá a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Eleição da Comissão Eleitoral; 2. Aprovação do Regulamento Eleitoral; 3. Escolha dos dias da votação (coleta de votos), pelo voto direto dentre os sócios efetivos da Associação, no gozo dos direitos sociais segundo o Estatuto, com filiação até 05/11/2023; 4. a aprovação do prazo para inscrição de chapas e candidatos a Conselheiros interessados em concorrer no processo eleitoral. 5. Definição do período, local e horário, onde funcionará a secretaria para registro de chapas e encaminhamentos de recursos, nos termos do Regulamento Eleitoral. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024. **PAULO CÉSAR MATILETI PRESIDENTE DA APCEF/RJ**

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO FERNANDO MEDEIROS

Rua Conde de Bonfim nº 370 – Tijuca

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

18/04/2024 – QUINTA-FEIRA

CHR – Administração Predial e Negócios Imobiliários Ltda., por ordem do Sra. Síndica e em conformidade com o disposto na Convenção, convida o(a)s Sr(a)s Condômino(a)s a participarem da **AGO – Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se no dia **18 de abril de 2024** às 18:30 hs com 2/3 (dois terços) dos condôminos presentes, ou às 19:00 hs em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes no próprio prédio situado na Rua Conde de Bonfim nº 370 – Tijuca/RJ na sala de reuniões localizada na cobertura, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Esclarecimentos e deliberação sobre o prosseguimento da 3ª etapa da obra de manutenção (AGE 25/10/2023); 2) Esclarecimentos e deliberação sobre a manutenção da cota de obra para outras providências visando manutenção do prédio; 3) Prestação de Contas do Exercício Findo; 4) Deliberação sobre Previsão Orçamentária 2024; 5) Eleição de Síndico, Subsíndico e membros do Conselho Fiscal; 6) Assuntos Gerais.Lembramos a todos a conveniência de comparecerem, ou se fizerem representar por procuradores legalmente habilitados e devidamente quites com suas cotas condominiais, conforme disposto nos artigos 654 e 1335, III ambos do Código Civil Brasileiro. As decisões tomadas, obrigarão a todos inclusive aos ausentes. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. Atenciosamente, **CHR – Administração Predial e Negócios Imobiliários Ltda.**



# Previdência privada arrecada R\$ 31,2 bi no 1º bimestre de 2024

Crescimento é de 23,9% em relação ao mesmo período de 2023

Mesmo sendo ainda um produto para uma parcela pequena da população - apenas 10% dos 203 milhões de pessoas do país possuem - a arrecadação dos planos de previdência privada aberta superou R\$ 31,2 bilhões no primeiro bimestre de 2024. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o crescimento é de 23,9%. Os dados, divulgados nesta terça-feira, são da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

Os números estão melhores, mas o setor poderia crescer mais e ter mais flexibilidade. Em evento realizado nesta segunda-feira (8) para jornalistas, a diretora-executiva da FenaPrevi, Beatriz Herranz, destacou a necessidade de a Superintendência de Seguros Privados (Susep) autorizar a criação de produtos de previdência mais flexíveis e customizáveis para atender às necessidades individuais dos consumidores. Como

exemplo, citou a proposta do Seguro de Vida Universal, que reúne em um mesmo produto um seguro de vida tradicional e um plano de previdência, com prazo determinado e capital segurado pré-definido.

A previdência aberta é um tipo de plano de previdência privada no qual as pessoas podem aderir livremente, sem precisar trabalhar de carteira assinada ou participar de uma entidade de classe. É um produto ofertado por sociedades seguradoras ou pelas entidades abertas de previdência complementar (EAPCs).

No bimestre, os resgates somaram R\$ 21,4 bilhões no período, queda de 1,6% na mesma base de comparação. Descontados os resgates do montante arrecadado, verificou-se o resultado da captação líquida: R\$ 9,8 bilhões no bimestre, com alta de 185,1% em relação ao primeiro bimestre do ano passado.

Nos últimos doze meses,

o resultado do acumulado (considerando o período terminado em fevereiro de 2024) indica o bom período do setor, que observou avanço de 11,7% nos prêmios e contribuições, superando os R\$ 176 bilhões. Já a captação líquida cresceu 48,9%, somando 49,4 bilhões. Os resgates subiram apenas 1,8%, abaixo da inflação no período, totalizando R\$ 126,8 bilhões nos últimos dozes meses, informou a federação. Os ativos em planos de previdência privada representam cerca de 13% do PIB, superando os R\$ 1,4 trilhão.

## Potencial do mercado

Segundo a Fenaprevi, que representa as empresas que operam nos segmentos de seguros de pessoas e de previdência privada aberta, os 10% da população com previdência privada têm entre 20 e 64 anos. Relatório produzido pela federação em fevereiro de 2024, mos-

trou que 11,1 milhões de pessoas possuíam um plano desta natureza, sendo que 80% na modalidade individual e os demais na coletiva. De acordo com o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), a população do país chegou a 203,1 milhões em 2022, com aumento de 6,5% frente ao censo demográfico anterior, realizado em 2010.

“São mais de 14 milhões de planos contratados no Brasil, sendo a grande maioria (8,7 milhões) do Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL; outros 3 milhões são Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, e mais 2,3 milhões são planos Tradicionais”, informou a Fenaprevi. Apesar de representar 62% dos planos comercializados, o VGBL foi responsável por 93% do total arrecadado em fevereiro de 2024 e o restante dividido em PGBL, que contribuiu com 6% desse total, e os planos tradicionais, com cerca de 1%

# Compra de ações da JBS pelo BNDES não gerou débitos

Não houve irregularidades na compra de ações da empresa brasileira JBS pela BNDES Participações (BNDESPar), concluiu o Tribunal de Contas da União (TCU). Em sessão plenária nesta terça-feira, o TCU declarou inexistência dos débitos apontados no processo de Tomada de Contas Especial (TCE) envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretores e funcionários da instituição entre 2005 a 2015.

Segundo o TCU, a auditoria não só apurou se o apoio que o BNDES deu à JBS para se tornar a maior empresa

de proteína animal do mundo se reverteu em benefício para o país, como também analisou se os recursos foram entregues em volumes superiores ao efetivamente necessário e sob condições que porventura tenham favorecido o Grupo JBS.

Em nota, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho ressaltou que a decisão do TCU foi correta e justa ao isentá-lo e todos os funcionários do Banco, seus executivos e diretores, no período de 2005 a 2015, de quaisquer ilícitos em operações no setor de proteína animal. “A atuação do Banco sempre foi pautada pelo rigor, integridade, impessoalidade e seguindo princí-

pios éticos e legais”, reiterou Coutinho. Ele destaca sua irrestrita confiança na impessoalidade dos processos colegiados do BNDES.

## Provas

De acordo com o TCU, no processo foram realizadas citações e audiências para confirmar se houve defeitos observados na confecção do conjunto de documentos que embasaram o pedido de aporte financeiro; irregularidades havidas na tramitação e na aprovação da operação; pagamento de ágio sobre o preço das ações negociadas em bolsa de valores; e suposto tratamento privilegiado dado à JBS S.A.

COMPANHIA HOTÉIS PALACE  
CNPJ/MF nº 33.374.984/0001-20  
**Aviso aos Acionistas:** Comunicamos aos srs. acionistas, na forma do art. 133 da Lei 6.404/76, que se acham à sua disposição, na sede da Cia., na Av. Nossa Senhora de Copacabana, 327, RJ, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos ao exercício social findo em 31/12/23. RJ, 08/04/24. A Diretoria.

REQUERIMENTO DE LICENÇA  
CIRCOOLA SUSTENTABILIDADE LTDA, CNPJ 48.263.779/0001-64, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/12436, a Licença de Operação para atividade de Manutenção, manufatura reversa, armazenamento, destinação final e comercialização de produtos e resíduos eletroeletrônicos, no endereço Av. Paris, 313 – Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ.

USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.  
CNPJ nº 03.258.983/0001-59 - NIRE 33.3.0026266.1  
Ata da 133ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/04/2024

1. **Data, Horário e Local.** Realizada no dia 03/04/2024, às 11 horas, na sede social da **Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.** ("Cia.") localizada na Avenida República do Chile nº 330, Bloco 2/6º, Sala 601, Centro/RJ. 2. **Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 10, § 1º do Estatuto Social da Cia. ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia.. A reunião foi realizada de forma digital, consoante a Instrução Normativa DREI nº 81/2020. 3. **Composição da Mesa.** Philippe Castanet - **Presidente;** e Juliana Araujo de Oliveira - **Secretária.** 4. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre: (i) a outorga e constituição pela Cia., de alienação fiduciária das ações, presentes e futuras, de propriedade da Cia. representativas de 100% do capital social da **EDF Oiiti Transmissora S.A.** ("Emissora"), bem como os demais direitos acessórios das ações, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Cia., a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Agente Fiduciário", "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória adicional, em série única, da Emissora, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), nos termos do "*Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EDF Oiiti Transmissora S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente), em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão); (ii) a autorização para que a diretoria da Cia., ou seus procuradores, pratiquem todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos, incluindo, sem limitação, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, eventuais aditamentos, anexos, procurações, necessários à implementação da deliberação constante do **item (i) acima;** (iii) a outorga de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia, inclusive irrevogáveis e irretiráveis, por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Cia. mencionadas no art. 14, §3º; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela administração da Cia. para a consecução dos fins indicados nos **itens (i) e (ii) acima.** 5. **Deliberações.** Após análise e discussão da ordem do dia, os membros do conselho de administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: (i) aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no âmbito da Emissão; (ii) autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos, incluindo, sem limitação, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, eventuais aditamentos, anexos, procurações, necessários à implementação da deliberação constante do **item (i) acima;** (iii) aprovar a outorga de procurações no âmbito dos Contratos de Garantia, inclusive irrevogáveis e irretiráveis, por prazo de validade equivalente à vigência dos Contratos de Garantia, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Cia. mencionadas no art. 14, §3º; (iv) ratificar todos os atos já praticados pela administração da Cia. para a consecução dos fins indicados nos **itens (i) e (ii) acima.** 6. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente e secretária da mesa: 7. **Assinaturas.** Mesa: Philippe Castanet - **Presidente;** e Juliana Araujo de Oliveira - **Secretária.** **Conselheiros presentes:** Philippe Castanet, Sabine Chabanon e Mila Spasenic. Confere com o documento original lavrado em livro próprio. RJ, 03/04/2024. **Mesa:** Philippe Castanet - **Presidente;** Juliana Araujo de Oliveira - **Secretária.** JUCERJA em 08/04/2024 sob nº 6169536. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS NOVA IGUAÇU S.A.  
CNPJ/MF nº 07.085.695/0001-09 / NIRE nº 33.3.0029115-6  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2024, às 11:00 horas, na sede da Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu S.A. ("Companhia"), estabelecida na Estrada Adrianópolis, nº 5.213, bairro Adrianópolis, CEP 26053-550, na Cidade de Nova Iguaçu e Estado do Rio de Janeiro. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em razão da presença das acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, a **Orizon Meio Ambiente S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.279.285/0001-30 e sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Sala A, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo ("OMA") e a **Orizon Valorização de Resíduos S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.421.994/0001-36 e com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Sala B, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo ("OVR", e em conjunto com a OMA, "**Acionistas**"), tal como permitido no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 3. **Composição da Mesa:** Para conduzir os trabalhos, foi indicado como Presidente da Mesa o Sr. Milton Pilão Júnior, que indicou o Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Santos para secretariá-lo. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a captação de recursos pela Companhia, por meio da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da espécie com garantia fidejussória, para distribuição privada ("**Emissão**"), conforme disposto em maiores detalhes no "Termo da Segunda Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada da Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu S.A." ("**Notas Comerciais**" e "**Termo de Emissão**"), a ser celebrado entre a **Companhia**, a **Orizon Meio Ambiente S.A.**, na qualidade de devedora solidária, e o **Banco Votorantim S.A.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03 e com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 36.113.876/0001-91 e com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na Cidade e Estado de São Paulo, na qualidade de credor ("**2ª Emissão de Notas Comerciais**"); (ii) a celebração, pela Companhia, de todos os instrumentos relacionados à Emissão; e (iii) a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, inclusive por meio de procuradores, praticar todas as providências necessárias ao efetivo cumprimento das deliberações aqui tomadas. 5. **Deliberações:** Preliminarmente, as Acionistas aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme facultado pelo §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Passando ao exame das matérias constantes da ordem do dia e seus documentos de suporte, as Acionistas presentes deliberaram, integralmente e sem quaisquer emendas ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovam a 2ª Emissão de Notas Comerciais, a qual terá as seguintes características e condições principais e serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura, que será arquivada na sede social da Companhia: **a) Número de Emissão:** A Emissão constituirá na 2ª (segunda) emissão de notas comerciais da Companhia para colocação privada. **b) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será a data a ser indicada no Termo de Emissão ("**Data de Emissão**"). **c) Quantidade de Notas Comerciais Emitidas:** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Notas Comerciais. **d) Valor da Emissão:** O montante total da Emissão será de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). **e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"). **f) Número de Série:** A Emissão das Notas Comerciais será realizada em série única. **g) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais:** As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, a escrituração será feita pela Oliveira Trust DTMV S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 e com sede na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais. **h) Conversibilidade:** As Notas Comerciais Escriturais não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. **i) Espécie e Garantias:** As Notas Comerciais serão da espécie com garantia fidejussória, para colocação privada. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia relativas às Notas Comerciais e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, as Notas Comerciais contarão com garantia fidejussória das terceiras garantidoras, conforme previstas no Termo de Emissão, obrigando-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretirável, perante os titulares das Notas Comerciais, por todas as obrigações, principais e/ou acessórias, presentes e/ou futuras assumidas pela Companhia perante os titulares das Notas Comerciais no âmbito da Emissão. **j) Prazo e Data de Vencimento:** As Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 2 anos a contar da data de emissão. **k) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Notas Comerciais serão efetuados pela Emissora nos respectivos vencimentos em São Paulo/SP, de acordo com os procedimentos e regras da B3 aplicáveis. **l) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** CDI + 2,65% a.a. **m) Demais Condições:** As demais condições da Emissão que não foram expressamente elencadas na ata serão estabelecidas na Escritura. 5.2. Aprovam a celebração, pela Companhia, de todos os instrumentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não limitado, aos seguintes documentos: (i) a Escritura e seus eventuais aditamentos e (ii) quaisquer documentos acessórios, incluindo certificados, declarações e recibos relacionados à Emissão. 5.3. Aprovam a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, inclusive por meio de procuradores, praticar todas as providências e praticar quaisquer medidas e atos necessários à formalização e implementação das operações ora aprovadas, incluindo, mas não limitando: (a) a assinatura dos instrumentos acima elencados e de quaisquer documentos, aditivos, rerratificações ou contratos que lhe sejam relacionados, ou se façam necessários, ratificando todos os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido; (b) a publicação da ata no jornal de grande circulação, a saber, o "Monitor Mercantil"; (c) toda e qualquer medida necessária para a implementação e formalização das deliberações aprovadas na presente assembleia geral extraordinária; e (d) toda e qualquer medida necessária para a implementação e formalização da Emissão. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Milton Pilão Júnior - Presidente e Leonardo Roberto Pereira dos Santos – Secretário. Acionistas: Orizon Meio Ambiente S.A. (representada pelos seus diretores, os Srs. Dalton Assunção Canelhas Filho e Leonardo Roberto Pereira dos Santos) e Orizon Valorização de Resíduos S.A. (representada pelos seus diretores, os Srs. Dalton Assunção Canelhas Filho e Leonardo Roberto Pereira dos Santos). **Confere com a original lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais.** Nova Iguaçu/RJ, 27 de março de 2024. **Mesa:** Milton Pilão Júnior - Presidente; Leonardo Roberto Pereira dos Santos - **Secretário.** Registro na JUCERJA nº 01/04/2024 sob o nº 00006157212. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Assine o jornal

Monitor Mercantil (21) 3849-6444



# Termos de compromisso com gestoras e administradoras de fundos

## Anbima: Foi aceito também acordo com coordenadores de ofertas públicas

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) – que representa bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras – divulgou nesta terça-feira a assinatura de cinco Termos de Compromisso (TCs) com instituições que seguem os códigos de boas práticas da entidade. “A celebração dos TCs foi considerada conveniente e oportuna, a fim de sanar e corrigir eventuais descumprimentos apurados, bem como assegurar que estes não ocorram futuramente”, disse a instituição. Em resumo, esta é uma forma de proteger o investidor do mercado de capitais.

A Galapagos Capital Investimentos apresentou antecipadamente e de forma espontânea uma proposta de Termo de Compromisso que prevê, entre outras iniciativas, reforço a equipe de controles internos e treinamento de colaboradores referentes às responsabilidades da ati-

vidade de gestão de recursos; revisão de processos de monitoramento de enquadramento, como melhorias no cadastro de ativos, emissores e regras de limites previstos na regulação e nos regulamentos, relatórios de monitoramento dos enquadramentos e implementação de processo de análise pré-trade de enquadramento de forma independente. O TC da Galapagos prevê ainda a contribuição financeira de R\$ 150 mil, destinada a custear eventos e ações educacionais a serem promovidos pela associação.

Foram aceitas também as propostas do BTG Pactual e da XP Investimentos para assinatura de termos de compromissos que suspende apurações por falta de diligência na atividade de coordenação de ofertas públicas, constatada a partir da ausência ou inconsistências de informações em sumários de ofertas de debêntures.

As empresas se comprometeram a elaborar

um novo checklist, com as disposições vigentes em nosso Código de Ofertas, das Regras e Procedimentos do Código de Ofertas, bem como de outras regras e procedimentos dentro da nossa autorregulação, com a inclusão dos pontos relativos às infrações apontadas no âmbito do processo de supervisão.

As duas instituições também concordaram em realizar diligência prévia dos assessores legais a serem contratados em ofertas públicas; promover auditoria interna dos procedimentos de estruturação e coordenação de ofertas; contratar empresa de consultoria externa para avaliar os processos relacionados à coordenação de ofertas; e treinar suas equipes internas responsáveis pela estruturação das ofertas, incluindo os colaboradores de nível hierárquico de liderança e realizar contribuição financeira de R\$ 222 mil cada, destinada a custear eventos e ações educacionais a serem promovidos pela Anbima.

### BTG

Já o Termo de Compromisso celebrado com o administrador de fundo do BTG referiu-se às regras de enquadramento. O Conselho de Administração de Recursos de Terceiros aceitou que o BTG Pactual Serviços Financeiros realize ajustes nos controles de enquadramento em todos os fundos geridos pela instituição, independente de categoria CVM ou classificação Anbima; melhorias no processo de envio de informações para a CVM e treinamento para os colaboradores envolvidos. A empresa também fará contribuição no valor total de R\$ 1,17 milhão, com objetivo de custear eventos e ações educacionais a serem promovidos pela Associação.

A Moka apresentou uma proposta considerada conveniente e oportuna para garantir que os itens investigados durante Procedimento para Apuração de Irregularidades (PAI) nº ART003/2022 sejam sana-

dos e não ocorram futuramente. Entre os indícios apurados estavam: origem de direitos creditórios por empresas pertencentes ao mesmo conglomerado; empresa do conglomerado figurar como sacado de determinado fundo de investimento gerido; irregularidades no processo de análise e aprovação de sacados e de cedentes; irregularidades no processo de análise e seleção dos créditos, conduzidos por empresa de consultoria especializada; desconformidade no processo de enquadramento dos limites de concentração estabelecidos em regulamento de determinado fundo de investimento; ausência de transparência para com os cotistas acerca do risco de governança; e eventual conflito de interesse e de ausência de segregação nas atividades exercidas pela instituição e demais empresas do conglomerado.

Com o objetivo conseguir o enquadramento adequado, a instituição propôs, entre outras iniciativas,

treinamentos externos aos colaboradores, sobre a legislação, regulação e autorregulação aplicáveis às suas atividades e aos fundos geridos e contratar um escritório de advocacia para assessorar a empresa em relação às suas atividades.

A Moka também acordou a renúncia do diretor de gestão, no cargo de administrador das consultorias especializadas integrantes do mesmo conglomerado, ao mesmo tempo que serão implementadas medidas internas, incluindo alterações no contrato social, se for o caso, com o objetivo de prevenir possíveis conflito de interesses durante a execução das atividades de gestão de recursos de terceiros. Haverá, também, maior transparência aos cotistas do fundo gerido, acerca da remuneração das consultorias integrantes do conglomerado da gestora. O Termo de Compromisso da gestora prevê uma contribuição de R\$ 110 mil, destinada a custear eventos e ações educacionais sob coordenação da Anbima.

Ministerio da Cultura e Música no Museu apresentam  
Universidade Estácio de Sá apresenta e patrocina



## MÚSICA NO MUSEU 2024

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO DE JANEIRO



## OS *imortais* da música brasileira e os gênios internacionais

### imortais

Ary Barroso.  
Carlos Gomes.  
Chiquinha Gonzaga.  
Francisco Mignone.  
Guerra Peixe.  
Jacob do Bandolim.  
Padre José Maurício.  
Pixinguinha.  
Radames Gnattali.  
Tom Jobim.  
Villa-Lobos.  
Entre outros

### gênios

Bach. Beethoven.  
Chopin. Gerswin.  
Händel. Rachmaninoff.  
Satie. Tchaicovsky.  
Vivaldi. Clássicos natalinos.  
Entre outros

CONCERTOS  
GRATUITOS  
[www.musicanomuseu.com.br](http://www.musicanomuseu.com.br)  
[facebook/musicanomuseufan](https://facebook.com/musicanomuseufan)

ABRIL 2024

realização

produção

apoio

patrocínio





**PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.**

CNPJ/MF nº 09.024.809/0001-28

## Relatório da Administração 2023

senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço"), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A **Companhia**, A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. está situada numa zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 37 anos. Ela se conecta ao sistema regional de distribuição, na tensão de 25 KV, através de linha de uso restrito com 8 quilômetros de extensão, interligada na "Linha Metalúrgica" da Light, concessionária de distribuição, que por sua vez está conectada na subestação de Rio Claro, no município de Rio Claro. A PCH está localizada no rio do Braço, na divisa dos municípios de Rio Claro (RJ) e de Bananal (SP). O eixo da barragem e a casa de força ficam no estado do Rio de Janeiro, em Lídice, distrito do município de Rio Claro, já o reservatório formado pelo barramento compreende terras do município de Rio Claro e de Bananal, estado de São Paulo e possui área total de 0,03653 hectare e uma Área de Preservação Permanente (APP) de 15 metros de largura. A partir de 2023 a Companhia inclui no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessação da concessão de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral. **Empreendimento**. O projeto teve início em 2002, com a constituição da empresa Companhia Energética Serra da Carioca, que contraiu a empresa projetista MEK Engenharia e Consultoria LTDA para o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, no dia 7 de agosto de 2008, o projeto foi vendido para o Fundo de Investimentos FIP Brasil Energia, gerido pelo Banco BTG Pactual, que construiu o empreendimento, com início das obras em 2009. A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 KW de potência instalada. Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda, a Companhia forma e realizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 266 inciso § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial).



**Licenciamento Ambiental.** A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do projeto. **Financiamento.** Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000, junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020; • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. • Taxa: IPCA + 5,05% a.a. Em conjunto com a CCB, a Companhia contraiu operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S/A e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30 de setembro de 2020 e com as seguintes características: • Valor Fixo: R\$ 20.000. • Prazo e Fluxo: mesmo da CCB. • Vencimento: 15/07/2025. • Fator de correção CDI, percentagem 100%. • Taxa de juros exponencial - 3,70% a.a. Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 2.700.000, junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 10/10/2023. • Prazo: 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. • Taxa: CDI + 2,10% a.a. **Desempenho Econômico – Financeiro.** Abaixo um resumo dos principais números da Companhia:

<b>Balanco Patrimonial</b>	
<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Títulos e Valores Mobiliários	3.284
Concessionárias e permissonárias	1.775
Despesas antecipadas	39
Imposto de renda retido na fonte	81
Outros ativos	941
	<u>941</u>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota Explicativa	Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro		
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		35.432	2.138	3.888	6.814	48.272
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	5.086	(5.086)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.002
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal		-	350	-	-	(350)
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(1.664)
Dividendos adicionais propostos		-	-	4.988	(4.988)	(1.664)
Pagamentos dos dividendos adicionais		-	-	(1.728)	-	(1.728)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	13	35.432	2.488	8.974	4.988	51.882
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	4.988	(4.988)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.644
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal		-	482	-	-	(482)
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(2.290)
Dividendos adicionais propostos		-	-	6.872	(6.872)	-
Pagamentos dos dividendos adicionais		-	-	(6.337)	-	(6.337)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	13	35.432	2.970	7.625	6.872	52.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)**

		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	14		21.295	19.686
Custo sobre serviços prestados	15		(8.078)	(9.008)
<b>Lucro Bruto</b>			13.217	10.678
Despesas operacionais	16		(1.750)	(1.361)
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>			11.467	9.317
Receita Financeira			740	1.065
Despesa Financeira			(1.652)	(2.419)
<b>Resultado Financeiro</b>	17		(912)	(1.354)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>			10.555	7.963
Imposto de renda e contribuição social	18		(911)	(961)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>			9.644	7.002
<b>Resultado por Ação</b>			0,56	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Exatidão do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.644	7.002
Resultado abrangente total	9.644	7.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. (ii) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissórias) e caixa e equivalentes de caixa. Despesas com juros são reconhecidas no resultado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.2. Contas a receber de clientes.** Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas nas contas não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperadas. **3.3. Imobilizado. a) Reconhecimento e Mensuração.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e ambientais e custos gerais, totalizando o custo de construção da usina hidroelétrica. **b) Depreciação.** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25-37 anos
Máquinas e equipamentos	22-37 anos
Móveis e utensílios	05-37 anos
Equipamentos de informática	25-37 anos
Veículos	05-37 anos

os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Cabe mencionar, que as vidas úteis do ativo imobilizado são de acordo com o prazo de autorização, caso sejam vinculados a autorização e os ativos vinculados a administração, como veículos, móveis e utensílios são de 5 anos.

**Redução ao valor recuperável de ativos.** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**3.4. Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**3.5. Financiamentos.** Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelos custos amortizados, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

**3.6. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**3.7. Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

**3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Companhia é optante pelo lucro presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido sobre a base de presunção.

**3.9. Reconhecimento para receita.** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (LightCom Comercializadora de Energia S/A). A Companhia reconhece a receita quando realiza a prestação de serviço de geração de energia, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência.

**3.10. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 13d.

**3.11. Novas normas e interpretações não efetivas.** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor. As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

## Balanco Patrimonial

	6.320
<b>Não circulante</b>	
Títulos e Valores Mobiliários	662
Imobilizado	52.490
Intangível	7.552
	60.704
<b>Total do ativo</b>	67.024
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	352
Financiamentos	4.869
Dividendos a pagar	2.290
Impostos e contribuições a recolher	98
Imposto de renda e contribuição social	214
Instrumentos financeiros	1.449
Outros passivos	527
	9.799

**Não circulante**

Financiamentos	4.326
<b>Patrimônio líquido</b>	
Capital social	35.432
Reserva legal	2.970
Reserva de retenção de lucros	7.625
Reserva especial	6.872
	52.895

**Total do passivo e patrimônio líquido**

**Agradecimentos.** A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2023 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

### Reservas de Lucros

Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
35.432	2.138	3.888	6.814	-	48.272
-	-	5.086	(5.086)	-	-
-	-	-	-	7.002	7.002
-	350	-	-	(350)	-
-	-	-	-	(1.664)	(1.664)
-	-	-	4.988	(4.988)	-
-	-	-	(1.728)	-	(1.728)
35.432	2.488	8.974	4.988	-	51.882
-	-	4.988	(4.988)	-	-
-	-	-	-	9.644	9.644
-	482	-	-	(482)	-
-	-	-	-	(2.290)	(2.290)
-	-	-	6.872	(6.872)	-
-	-	(6.337)	-	-	(6.337)
35.432	2.970	7.625	6.872	-	52.899

**Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explica- tiva	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro Líquido do Exercício		9.644	7.002
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	9 e 10	3.001	2.959
Juros sobre financiamentos	12	1.469	1.957
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	9 e 10	89	-
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários	17	(684)	(614)
Ganho de derivativos	17	(56)	(451)
Marcação de mercado não realizada	12.b	(16)	369

**Variações nos ativos e passivos:**

Concessionárias e permissonárias	24	204
Despesas antecipadas	1	16
Imposto de renda retido na fonte	18	26
Outros ativos	(823)	73
Fornecedores	20	78
Impostos e contribuições a recolher	797	228
Outros passivos	141	84
Imposto de renda e contribuição social pagos	(818)	(75)

**Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais**

<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(3.354) (518)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(33.132) (27.972)
Resgate em títulos e valores mobiliários		34.879 27.403
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		
Pagamento de dividendos	13	(1.607) (1.087)
Pagamento de juros de financiamento	12	(8.001) (4.000)
Amortização de financiamentos	12	(1.493) (1.964)
Aquisição de financiamento	12	(4.250) (4.138)
		2.700

## Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos

(Redução) Aumento de Caixa e		
Equivalentes de Caixa	156	(13)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44	57
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	200	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro	01/01/2023
IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statements 2 – Making Material Judgements.	Divulgação das Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8 / CPC 23	Definição das Estimativas Contábeis	01/01/2023
	Alteração na contabilização do imposto diferido	

IAS 12/CPC 32 em transações de arrendamento e obrigações de desativação 01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de "leaseback"	01/01/2024
CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **4. Gestão de Risco Financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro. a) Risco de crédito.** A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da Administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **b) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	Itaú
2024	4.869
2025	3.089
2026	675
2027	562
	9.195

**c) Risco de taxa de juros.** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. As divisões estão sujeitas à variação de IPCA e CDI.

**d) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão descritos a seguir:

**(i) Caixa e equivalentes de caixa,** outros ativos e fornecedores. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(ii) Financiamentos.** Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos.** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de Swap. Foi mensurado pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado.

**4.2. Gestão de capital.** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:



PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.										CNPJ/MF nº 09.024.809/0001-28					
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	Cenário Cenário		Cenário						
				Premissas Efeito das Contas sobre Resultado		Saldo	Cenário	Cenário	Cenário						
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)		14.125	14.948	CDI %			rio	Atual	rio						
Total do patrimônio líquido		52.899	51.882	Caixa e equivalentes de caixa		200	19	25	31						
Índice de alavancagem financeira		0,27	0,29	Títulos e valores mobiliários		3.946	367	489	612						
4.3. Instrumentos financeiros		31/12/2023		Financiamentos		9.195	854	1.138	1.424						
Ativos Financeiros		Valor	Valor				31/12/2022								
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Contábil	Justo												
Títulos e valores mobiliários		3.946	3.946	Premissas		Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário	Cenário						
		3.946	3.946	CDI %				rio	Atual						
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		Valor	Valor	Caixa e equivalentes de caixa		44	4	5	7						
Caixa e equivalentes de caixa		Contábil	Justo	Títulos e valores mobiliários		4.988	464	618	774						
Contas a receber		200	200												
		1.775	1.775	Financiamentos		10.769	1.001	1.333	1.668						
		1.975	1.975	5. Caixa e Equivalente de Caixa			31/12/2023	31/12/2022							
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		Valor	Valor	Caixa				5	3						
Fornecedores		Contábil	Justo	Banco				195	41						
Financiamentos		9.195	9.195					200	44						
		9.547	9.547	6. Títulos e Valores Mobiliários											
Ativos Financeiros		31/12/2022		Circulante		31/12/2023	31/12/2022								
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Valor	Valor	Aplicações Financeiras (a)		3.284	4.131								
Títulos e valores mobiliários		Contábil	Justo			3.284	4.131								
		4.988	4.988	Não circulante		31/12/2023	31/12/2022								
		4.988	4.988	Fundos vinculados (b)		662	857								
		662	857			662	857								
		3.946	4.988			3.946	4.988								
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		Valor	Valor	(a) Refere-se a aplicação em títulos e valores mobiliários indexada pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário – CDB e Títulos de Dívida - Debêntures, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações em títulos e valores mobiliários (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantia real. 7. Concessionárias e Permissonárias. Os valores alocados em suprimento referem-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A, já os valores destacados na conta de energia de curto prazo são contas a receber oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, advindos do saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.		31/12/2023	31/12/2022								
Caixa e equivalentes de caixa		44	44	Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A		1.843	1.761								
Contas a receber		1.799	1.799	Energia de Curto Prazo - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica		(68)	38								
		1.843	1.843			1.775	1.799								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		Valor	Valor	A Companhia não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias.											
Fornecedores		Contábil	Justo	8. Outros Ativos		31/12/2023	31/12/2022								
Financiamentos		332	332	Mining JV I LLC		816	-								
		10.769	10.769	Stancioli Uniformes EIRELI		23	-								
		11.101	11.101	Exp Coleta Científica, Logística e Cursos LTDA		20	-								
4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros.				Brasformer		15	15								
Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo. Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. 4.5. Análise de Sensibilidade. O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.				Alelo		13	12								
				Schweitzer		-	68								
				Bradesco Saúde		-	19								
				Outros		54	4								
						941	118								
9. Imobilizado															
Em milhares de reais		Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.294	42.593	17.263		19.896	228	185	595	83.054					
Adições		-	-	113		8	30	-	367	518					
Baixa		-	-	-		-	(11)	-	-	(11)					
Transferência		-	-	220		-	32	-	(252)	-					
Reclassificação		-	-	-		(36)	-	-	(35)	(71)					
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.294	42.593	17.596		19.868	279	185	675	83.490					
Adições		778	-	1		-	38	107	2.410	3.334					
Baixa		-	-	-		-	-	-	(89)	(89)					
Transferência		-	-	18		-	26	-	(44)	-					
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.072	42.593	17.615		19.868	343	292	2.952	86.735					
Depreciação acumulada															
Em milhares de reais		Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total					
Saldo em 31 de dezembro 2021		-	-	15.361		6.234	7.162	58	7	28.842					
Depreciação		-	-	1.420		579	648	35	9	2.691					
Saldo em 31 de dezembro 2022		-	-	16.801		6.813	7.810	93	16	31.533					
Depreciação		-	-	1.420		587	664	30	11	2.712					
Saldo em 31 de dezembro 2023		-	-	18.221		7.400	8.474	123	27	34.245					
Valor contábil líquido															
Em 31 de dezembro de 2021		2.294	27.212	11.029		12.734	170	178	595	54.212					
Em 31 de dezembro de 2022		2.294	25.792	10.783		12.058	186	169	675	51.957					
Em 31 de dezembro de 2023		3.072	24.372	10.215		11.394	220	265	2.952	52.490					
10. Intangível															
Em milhares de reais				Servidões		Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2021				1.236		129	6.757	-	8.122						
Adições				-		31	-	5	36						
Saldo em 31 de dezembro de 2022				1.236		160	6.757	5	8.158						
Adições				-		-	-	20	20						
Transferência				-		5	-	(5)	-						
Saldo em 31 de dezembro de 2023				1.236		165	6.757	20	8.178						
Amortização acumulada				Servidões		Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total						
Em milhares de reais															
Saldo em 31 de dezembro de 2021				-		78	-	-	78						
Amortização				-		(1)	260	-	259						
Saldo em 31 de dezembro de 2022				-		77	260	-	337						
Amortização				-		29	260	-	289						
Saldo em 31 de dezembro de 2023				-		106	520	-	626						
Valor contábil líquido															
Em 31 de dezembro de 2021		1.236	51	6.757		7	-	8.044							
Em 31 de dezembro de 2022		1.236	83	6.498		5	7.821								
Em 31 de dezembro de 2023		1.236	59	6.237		20	7.552								
A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que anuiu a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996. A Resolução Autorizativa mencionada acima, em seu artigo 10, prevê que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que se referem as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º. Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. § 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. a. Repactuação do risco hidrológico ("Generation Scaling Factor - GSF"). Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: I. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física. II. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes. III, por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE. (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015. Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReH. Aneel nº 895/2020. Em 10 de outubro de 2023 foi alterada pela Resolução Homologatória 14.896/2023 aumentando a extensão a 2.555 dias. 11. Fornecedores		31/12/2023	31/12/2022												
Paraty Energia		157	-												
Água e Solo Estudos e Projetos		48	-												

• Fator de correção CDI, percentagem 100%.

• Taxa de juros exponencial – 3,70% a.a.

31/12/2023

31/12/2022

1.449

1.465

Instrumentos financeiros

c) Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$2.700 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 10/10/2023. • Prazo: 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência., iniciando em 13/11/2023 e a última parcela em 11/10/2027. • Taxa: CDI + 2,10% a.a. **Garantias Concedidas.** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. **"Covenants" financeiros.** Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que os "covenants" financeiros e não financeiros são cumpridos pela Companhia. **13. Patrimônio Líquido.** a) Capital social. O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$35.432, representado por 17.096.592 em ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

31/12/2023

31/12/2022

Quantidade de ações

Participação %

BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura

17.096.592

100

b) Destinação do resultado. O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária. 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório. O saldo remanescente terá a destinação para dividendos adicionais propostos até a deliberação dada pela Assembleia Geral. c) Reserva de lucros. A reserva de lucros é composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em Conselho da Administração.

31/12/2023

31/12/2022

Lucro líquido do exercício

9.644

7.002

Reserva legal (5%)

(482)

(350)

Lucro líquido do exercício ajustado

9.162

6.652

Dividendo mínimo obrigatório (25%)

2.290

1.664

No exercício de 2023, ocorreram as seguintes deliberações para distribuição de dividendos: • Reunião do Conselho de Administração de 19 de outubro de 2023, aprovando a distribuição de dividendos da conta de reserva de lucros, no valor de R\$4.837, liquidado em 25 de outubro de 2023. • Reunião do Conselho de Administração de 13 de janeiro de 2023, aprovando a distribuição de dividendos, no valor de R\$1.500, liquidado em 26 de janeiro de 2023. d) Dividendos mínimos obrigatórios. No exercício de 2023 e 2022, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.290 e R\$1.664, na devida ordem. No exercício de 2023, ocorreram as seguintes deliberações para distribuição de dividendos: • Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2023, aprovando a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$1.664, liquidado em 24 de abril de 2023. e) Dividendos adicionais propostos. Nos exercícios de 2023 e 2022, foram constituídos propostas de distribuição de dividendos adicionais de R\$6.872 e R\$4.988, respectivamente.

31/12/2023

31/12/2022

14. Receita Líquida

21.465

20.219

Fornecimento de energia

681

245

Outras receitas (a)

(851)

(778)

Imposto sobre serviços

21.295

19.686

a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

31/12/2023

31/12/2022

15. Custo Sobre os Serviços Prestados

(878)

(867)

Pessoal

(246)

(270)

Serviços de terceiros

(1.879)

(1.765)

Depreciação

(2.960)

(2.928)

Aluguéis

(38)

(247)

Seguros

(161)

(140)

Impostos e taxas

(8)

(28)

Compra de energia elétrica

(1.908)

(2.763)

(8.078)

(9.008)

16. Despesas Operacionais

31/12/2023

31/12/2022

Pessoal

(959)

(659)

Material

(60)

(58)

Serviços de terceiros

(657)

(579)

Depreciação

(42)

(31)

Aluguéis

(24)

(29)

Impostos e taxas

(8)

(5)

(1.750)

(1.361)

17. Resultado Financeiro

31/12/2023

31/12/2022

Despesas financeiras

(1.469)

(1.956)

Juros financiamento

(1)

(1)

Tarifas bancárias

(132)

(369)

Despesa com derivativos

(50)

(93)

Outras

(1.652)

(2.419)

Receitas financeiras

684

614

Rendimento de aplicações

56

451

Receita com derivativos

740

1.065

(912)

(1.354)

18. Imposto de Renda e Contribuição Social.

31/12/2023

31/12/2022

IRPJ

CSLL

IRPJ

CSLL

22.131

22.131

20.260

20.260

22.131

22.131

20.260

20.260

Receita de geração auferida no exercício

Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social - (12 %)

8%

12%

8%

12%

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação

1.770

2.656

1.621

2.431

Rendimento de aplicação financeira

740

740

1.065

1.065

Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social

2.510

3.396

2.686

3.496

Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %

25%

9%

25%

9%

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação

605

306

646

315

Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

-66%

-34%

-67%

-33%

19. Contingências.

Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

São constituídas provisões.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía as seguintes causas possíveis: A Companhia é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que, portanto, é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas. • A Companhia entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema. • Os consultores jurídicos da Companhia entendem que não é devida nenhuma remuneração pois o rio do Braço não é navegável, e não se enquadra no Decreto-lei n.º 9.760/46, art. 4º. Nesse sentido, foi apresentado a defesa no referido processo e, portanto, não há valor envolvido. 27. Seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros era composta de:

Risco

Apólice

Vigência

Importância segurada

Riscos Operacionais

046692023100101180002122

14/04/2023 a 14/04/2024

85.607

Responsabilidade Civil

16.51.0041014.12

a 14/03/2024 08/12/2023

10.000

Veículos

29236154

a 10/01/2024

100% Fipe

28. Eventos Subsequentes.

No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a Mining JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato vigorá pelo prazo de 5 anos a contar da ativação dos serviços. Para fins do oferecimento da infraestrutura adequada para a prestação do serviço, a Companhia adquiriu imobilizado, como terreno, edificações e benfeitorias. Em janeiro de 2024 a Companhia ativou o serviço de processamento de dados, marcando assim o início do ciclo de faturamento.





Origem Energia S.A.

CNPJ.: 32.021.201/0001-61

**Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://monitormercantil.com.br/> <https://www.ri.origemenergia.com/> <https://sistemas.cvm.gov.br/>

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais -R\$)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.563.573	73.796	1.823.416	306.809
Contas a receber	155.009	92.787	168.031	177.753
Estoque	2.369	920	114.568	78.697
Tributos a recuperar	20.894	8.430	98.331	101.574
Outros ativos circulantes	3.240	3.250	44.256	17.411
	<b>1.745.085</b>	<b>179.183</b>	<b>2.248.602</b>	<b>682.244</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Tributos diferidos	52.240	47.474	76.816	63.884
Outros ativos não circulantes	1.802	7.480	41.080	10.275
Investimentos	1.744.413	1.279.178	—	—
Imobilizado	91.755	70.746	2.336.530	1.692.819
Intangível	30.007	25.255	266.245	264.625
Direito de uso	10.128	14.555	61.211	76.256
	<b>1.930.345</b>	<b>1.444.688</b>	<b>2.781.882</b>	<b>2.107.859</b>
<b>Total</b>	<b>3.675.430</b>	<b>1.623.871</b>	<b>5.030.484</b>	<b>2.790.103</b>

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	39.699	39.139	1.585.984	1.140.780
Custos dos produtos vendidos	(35.522)	(36.832)	(974.737)	(549.994)
<b>Resultado bruto</b>	<b>4.177</b>	<b>2.307</b>	<b>611.247</b>	<b>590.786</b>
Despesas gerais e administrativas	(72.997)	(90.591)	(203.406)	(197.935)
Resultado de equivalência patrimonial	391.116	323.127	—	—
Outras receitas e despesas	8	1.951	1.137	(11.894)
<b>Resultado antes dos tributos e tributos</b>	<b>322.304</b>	<b>236.794</b>	<b>408.978</b>	<b>380.957</b>
Resultado financeiro	2.205	(52.827)	(46.224)	(120.642)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>324.509</b>	<b>183.967</b>	<b>362.754</b>	<b>260.315</b>
Imposto de renda e contribuição social	1.754	45.021	(36.491)	(31.332)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>326.263</b>	<b>228.988</b>	<b>326.263</b>	<b>228.983</b>
Atribuído aos controladores	326.263	228.988	326.263	228.988
Atribuído aos não controladores	—	—	—	(5)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)						
	Capital social	Re-servas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>464.688</b>	<b>19</b>	<b>(877)</b>	<b>(28.149)</b>	<b>435.681</b>	<b>—</b>
Aumento de capital	1.488.849	—	—	—	1.488.849	—
Redução de capital	(612.996)	—	—	—	(612.996)	—
Operação com não controladores	—	—	—	—	—	5
Lucro líquido do exercício	—	—	—	228.988	228.988	(5)
Constituição de reservas	—	153.493	—	(153.493)	—	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	(47.346)	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.340.541</b>	<b>153.512</b>	<b>(877)</b>	<b>—</b>	<b>1.493.176</b>	<b>1.493.176</b>
Aumento de capital	4.218	—	—	—	4.218	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	326.263	326.263	—
Constituição de reservas	—	248.775	—	(248.775)	—	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	(77.488)	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.344.759</b>	<b>402.287</b>	<b>(877)</b>	<b>—</b>	<b>1.746.169</b>	<b>—</b>

**Notas Explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais - R\$).

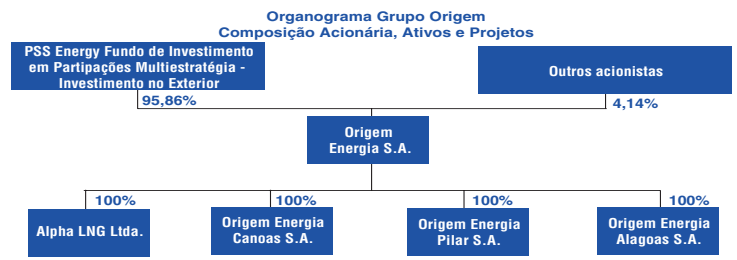
**1. Contexto operacional:** A Origem Energia S.A. ("Origem Energia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo deferida a concessão do registro de abertura de capital em 30 de junho de 2023, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia atua no setor de óleo e gás com foco no redensolvimento de campos maduros em produção de petróleo e gás natural no Brasil, tendo por objeto a exploração, produção, processamento e comercialização de petróleo e gás natural, a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural, assim como desenvolvimento de projetos para futura geração e comercialização de energia elétrica. Para efeitos deste relatório, a Origem Energia S.A e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, "Companhia" ou "Grupo" respectivamente. Polo Tucano Sul. Em 9 de março de 2020, a Origem Energia adquiriu 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") nos contratos de concessão dos campos de Conceição, Fazenda Matinha, Fazenda Santa Rosa e Quererá, os quais são conjuntamente denominados "Polo Tucano Sul". No mês de dezembro de 2020 os campos entraram em operação. O polo opera com a extração de gás natural e condensado de gás. O prazo de concessão de toda a área, teve prorrogação aprovada até 2045. Os campos encontram-se em fase de produção. Polo Alagoas. Em 05 de Julho de 2021, a controlada Origem Energia Alagoas S.A ("Origem Alagoas"), celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petrobras nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas". Em 04 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R\$1.599.290. Nessa mesma data encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas. O polo opera com a extração de gás natural, GLP e petróleo. O prazo de concessão teve prorrogação aprovada até 2052 para Furado e Pilar, até 2039 para Arapaçu, até 2032 para Anambé, e a prorrogação de Paru se encontra em fase final de avaliação pela ANP. Os campos encontram-se em fase de produção. Demais áreas de concessão. Em 10 de setembro de 2019, a Origem Energia participou de licitação do Primeiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 4 (quatro) áreas com acumulações marginais, compostas por Fazenda Gameleira (Bacia do Recôncavo), Mosquito (Bacia do Espírito Santo), Saíra (Bacia do Espírito Santo) e Tiziu (Bacia do Potiguar). A concessão para exploração dessas áreas tem duração de 15 anos. Os campos encontram-se em fase de reabilitação. Em 13 de abril de 2022, a Origem Energia participou de licitação do Terceiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 14 (catorze) blocos na Bacia de Sergipe-Alagoas e 4 (quatro) blocos na Bacia de Tucano. A fase de exploração, para toda a área de concessão, tem duração prevista de 5 e 6 anos respectivamente. Os campos encontram-se em fase exploratória. Terminal no Porto de Alagoas. Em 11 de agosto de 2023, a Origem Canoas arrematou a área MAC11A no Leilão nº 02/2023, promovido nesta data pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), com valor de outorga de R\$ 41.010, conforme Comunicado ao mercado feito nesta mesma data. Em 2023, a Origem Alagoas efetuou o pagamento de 25% do valor da outorga, a título de adiantamento, e uma vez cumpridas todas as etapas indicadas no edital, a Origem Canoas irá realizar o restante do pagamento e assumirá as operações do referido terminal, o que está inicialmente previsto para ocorrer no segundo semestre de 2024. Programa de trabalho inicial. Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, o Grupo deverá executar as obrigações relativas ao Programa de Trabalho Inicial ("PTI") integralmente durante a fase de reabilitação dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PTI:

	Valor do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)	Garantia do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)
Garça Branca	700	210
Tiziu	700	210
Saíra	2.100	630
Mosquito	700	210
Fazenda Gameleira	700	210
	<b>4.900</b>	<b>1.470</b>

Programa exploratório mínimo. Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Origem Energia deverá executar as obrigações relativas ao Programa exploratório mínimo ("PEM") integralmente durante a fase de exploração dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PEM:

	Valor do programa exploratório mínimo (Em milhares de reais)	Garantia do programa exploratório mínimo (Em milhares de reais)
Sergipe-Alagoas	18.416	5.525
Tucano	12.984	3.895
	<b>31.400</b>	<b>9.420</b>

**Estrutura organizacional.** Em 31 de dezembro de 2023 a Origem Energia é controladora de 100% do capital social direto das seguintes sociedades: Origem Energia Alagoas S.A. ("Origem Alagoas"), Origem Energia Pilar S.A. ("Origem Pilar"), Origem Energia Canoas S.A. ("Origem Canoas"), Alpha LNG Ltda ("Alpha").



**Origem Alagoas (Polo Alagoas).** A Origem Alagoas, é uma sociedade anônima de capital fechado, cujos objetivos são a exploração, a produção, o processamento e a comercialização de petróleo e gás natural e a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural. O Polo Alagoas compreende cinco concessões de produção (Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar), todas localizadas na região leste do Estado de Alagoas. Com exceção de Paru, com um poço produtor de gás localizado em águas rasas, os demais estão em áreas terrestres. Em 5 de Julho de 2021, a Origem Alagoas celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, São Miguel de Campos, Furado, Paru, Pilar e Cidade de São Miguel dos Campos, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas", no valor de US\$300.010, sendo US\$60.000 (R\$ 300.132) pagos na assinatura do contrato, e o restante, US\$240.010 (R\$ 1.263.533),

pagos no fechamento da transação, ocorrido em 4 de fevereiro de 2022. Adicionalmente, nessa mesma data, a Companhia adquiriu os estoques da Petrobras mantido no Polo Alagoas pelo valor de US\$ 6.746 (R\$ 35.625). Na data do fechamento da transação, encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas. Origem Energia Pilar S.A. (Origem Pilar). A Origem Pilar tem por objetivo as atividades de geração e comércio atacadista de energia elétrica, e encontra-se em fase pré-operacional. Origem Energia Canoas S.A. (Origem Canoas). A Origem Canoas tem por objetivo as atividades de manter e operar o terminal MAC11A no Porto Organizado de Maceió, dedicado à movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis e petróleo, bem como explorar as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de recebimento, movimentação, transporte, armazenagem e expedição de petróleo e seus derivados, além de administrar e gerenciar ativos associados a essas atividades, inclusive de terceiros, bem como o planejamento logístico, operação e manutenção de bases de distribuição, manutenção e operação de dutos marítimos ou terrestres, incluindo na infraestrutura comum do Porto Organizado de Maceió, para o transporte ou movimentação de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, produtos petroquímicos, gás e seus derivados, biogás e biometano. Além disso, realizar a administração e o gerenciamento de ativos relacionados, incluindo ativos de terceiros, e participar em outras sociedades controladas ou coligadas, assim como realizar outras atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares a essas atividades, bem como aquelas que utilizem a estrutura da Companhia como base, e encontra-se em fase pré-operacional. Alpha LNG Ltda (Alpha). Alpha LNG Ltda ("Alpha") tem por objetivo as atividades de (i) produção e processamento de gás natural; (ii) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (iii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; (iv) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto, outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças; (v) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (vi) transporte rodoviário de produtos perigosos; e (vii) carga e descarga, e encontra-se em fase pré-operacional. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos saldos mensurados pelo valor justo, quando indicados. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua emissão foi dada em 25 de março de 2024. 2.2. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Origem Energia e de suas controladas. O controle é obtido quando a entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades. A entidade entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Origem Energia o resultado do exercício das controladas diretas e indiretas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial, já as variações no percentual de participação societária em suas controladas, sem que haja perda no controle, são reconhecidos como transações patrimoniais. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Companhia	31/12/2023	31/12/2022
Origem Energia Alagoas S.A.	100%	100%
Origem Energia Pilar S.A.	100%	100%
Origem Energia Canoas S.A.	100%	100%
Alpha LNG Ltda	100%	100%

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para todas as investidas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação. A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", para o Grupo, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que o Grupo está inserido. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. 2.4. Transações em moeda estrangeira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado do exercício na linha de receita ou despesa financeira. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa pela Companhia quando possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, considerando-se três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Caixa restrito. São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos com superficiários não identificados, ou identificados que tenham pendências cadastrais ou de regularização, e compõem-se de aplicações em poupança com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. 2.7. Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes se referem aos valores recebíveis pelos produtos vendidos e serviços realizados no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém contas a receber de clientes para recebimento

societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://monitormercantil.com.br/> <https://www.ri.origemenergia.com/> <https://sistemas.cvm.gov.br/>

Passivo	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Contas a pagar	210.798	77.402	410.221	230.076
Obrigações trabalhistas	19.867	18.901	52.646	44.095
Tributos a recolher	7.710	2.653	39.267	93.671
Empréstimos e financiamentos	4.916	4.138	285.174	152.554
Outros passivos circulantes	—	—	2.507	—
	<b>243.291</b>	<b>103.094</b>	<b>789.815</b>	<b>520.396</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.652.501	11.848	2.335.959	693.644
Tributos diferidos	1.389	—	65.837	28.064
Outros passivos não circulantes	32.080	15.753	92.704	54.823
	<b>1.685.970</b>	<b>27.601</b>	<b>2.494.500</b>	<b>776.531</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	1.344.759	1.340.541	1.344.759	1.340.541
Outros resultados abrangentes	(877)	(877)	(877)	(877)
Reservas de lucro	402.287	153.512	402.287	153.512
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.746.169</b>	<b>1.493.176</b>	<b>1.746.169</b>	<b>1.493.176</b>
<b>Total</b>	<b>3.675.430</b>	<b>1.623.871</b>	<b>5.030.484</b>	<b>2.790.103</b>

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais -R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	326.263	228.983	326.263	228.983
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>326.263</b>	<b>228.983</b>	<b>326.263</b>	<b>228.983</b>
Atribuído aos controladores	326.263	228.983	326.263	228.988
Atribuído aos não controladores	—	—	—	(5)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	45.913	(113.434)	387.443	293.330
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(200.952)	(763.895)	(621.798)	(1.563.304)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.644.816	873.444	1.750.962	1.498.602
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.489.777</b>	<b>(3.885)</b>	<b>1.516.607</b>	<b>228.628</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.796	77.681	306.809	78.181
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.563.573	73.796	1.823.416	306.809

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	49.910	49.178	1.909.216	1.326.704
Insumos adquiridos de terceiros	(61.485)	(86.756)	(884.276)	(513.142)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(11.575)</b>	<b>(37.578)</b>	<b>1.024.940</b>	<b>813.562</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(13.609)	(8.901)	(94.941)	(66.490)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(25.184)</b>	<b>(46.479)</b>	<b>929.999</b>	<b>747.072</b>
Valor adicionado recebido em transferência	441.648	367.011	271.527	130.498
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>416.464</b>	<b>320.532</b>	<b>1.201.526</b>	<b>877.570</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>416.464</b>	<b>320.532</b>	<b>1.201.526</b>	<b>877.570</b>
Pessoal	59.223	47.837	188.596	143.935
Impostos, taxas e contribuições	20.895	(23.704)	407.939	270.883
Remuneração de capitais de terceiros	10.083	67.411	278.728	233.769
Remuneração de capitais próprios	326.263	228.988	326.263	228.983

dos fluxos de caixa contratuais; portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são demonstrados como ativos não circulantes. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo de perdas de crédito esperadas (PCE), permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 para aplicação a entidades que não sejam instituições financeiras, com base em dados históricos obtidos pelo Grupo. Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência. 2.8. Estoques. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. O



Origem Energia S.A. | CNPJ.: 32.021.201/0001-61

	Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10	10%
Máquinas e equipamentos	5	20%
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Ferramentas	10	10%
Equipamentos de informática	5	20%

2.12. **Intangível.** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.13. **Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment).** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 2.14. **Arrendamentos.** A Companhia avalia todos os contratos que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do período ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. 2.15. **Fornecedores.** Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.16. **Provisão de abandono.** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnolo-

gias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. 2.17. **Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (**Nota 29**). a) **Derivativos.** A Companhia utiliza-se de derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado (**Nota 29**), porém sem a adoção de hedge accounting. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o ajuste a valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o ajuste a valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos. 2.18. **Empréstimos e debêntures.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro. 2.19. **Receita líquida.** Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida: a) **Gás natural processado.** O gás natural é extraído nos polos Alagoas e Tucano Sul e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. (“TAG”) e realiza o faturamento. b) **Petróleo.** O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, e o controle do ativo passa a ser do cliente. c) **Condensado.** O Condensado é extraído do polo Tucano Sul, ele é um subproduto decorrente da produção de Gás Natural. O cliente realiza a coleta do produto nas dependências da Companhia através de empresas terceirizadas. A Companhia reconhece a receita de condensado no momento em que o cliente realiza a coleta nas instalações da Companhia. momento e o controle do ativo passa a ser do cliente. d) **Gás liquefeito de propano (GLP).** O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas. A Origem Alagoas reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas, e o controle do ativo passa a ser do cliente. e) **Gás natural não processado (Gás Umído).** O gás natural não processado é extraído no polo Tucano Sul e posteriormente é entregue aos clientes através do gasoduto pertence a Origem Energia, que conecta os campos do Polo Tucano Sul a Estação Panelas. A Origem Energia reconhece a receita de venda do gás úmido, quando é feita a entrega do produto em seu destino final. 2.20. **Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas expli-

cativas: • Nota 13 – Imobilizado, principalmente as informações que se referem a baixas, depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota 14 - Intangível, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • Nota 21 – Provisão para abandono de instalações. • Nota 29 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. **Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção.** Para determinar a depleção, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a empresa revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. **Lucro líquido por ação.** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro líquido por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro líquido por ação será equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. **Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”).** Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. **Informações por segmento.** A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, por tanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas.** As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2023, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 50 (IFRS 17)	Nova norma de contratos de seguro, que substituiu o CPC 11 (IFRS 4)
CPC 23 (IAS 8)	Alteração com esclarecimento na distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças de políticas contábeis e correção de erros
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração fornecendo orientação para julgamento de materialidade na divulgação das políticas contábeis
CPC 32 (IAS 12)	Alteração nas exceções de reconhecimento inicial e temporárias em tributos diferidos
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2024:	
Normas	Descrição
CPC 06 (IFRS 16)	Alteração na transação de venda e retroarrendamento
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração na classificação de passivos como circulante ou não circulante
CPC 03 (R2) (IAS 7) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração no esclarecimento de características de acordos de financiamento de fornecedores e divulgações adicionais
<b>33. Eventos subsequentes:</b> Em 02 de janeiro de 2024 ocorreu a efetivação da redução do capital social da Companhia, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 26 de outubro de 2023, em R\$ 290.478, com o cancelamento de 249.542,637 ações. Em 17 de janeiro de 2024, a Origem Canoas adquiriu parte da infraestrutura e instalações pertencente a Eletrobrás no Porto de Maceió em Alagoas, pelo valor de R\$ 46.651, para uso no referido terminal, após a assunção de suas operações. Em 13 de março de 2024, a ANP aprovou a revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo de Paru, parte do Polo Alagoas, prorrogando o prazo de concessão para 2039.	

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Daniel Guimarães Pache de Faria - Diretor Administrativo e Financeiro	Heider Renato Lima de Castro Gerente de Contabilidade CRC/RJ-128793/O-6
---	---	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Origem Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme descrito nas notas explicativas 2.19 e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam substancialmente da venda de petróleo, gás natural e de subprodutos. A receita de vendas é reconhecida quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação de desempenho definida em contrato é satisfeita, conforme preconizado pelo pronunciamento contábil CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*). Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, a relevância dos valores envolvidos e a existência de diferentes naturezas de vendas de produtos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a manterem processos para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) leitura dos principais contratos com clientes e o entendimento dos termos relevantes para o reconhecimento da receita; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 25, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos no ativo imobilizado:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.11 e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023 a Companhia e suas controladas capitalizaram no ativo imobilizado o montante de R\$ 696.678 mil. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria em função do risco de que custos que não satisfazem os critérios de capitalização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, notadamente o pronunciamento contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado (*IAS 16 – property, Plant and Equipment*), sejam incorretamente contabilizados no balanço patrimonial, em vez de serem contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Dessa forma, a determinação se um gasto deve ser capitalizado envolve uma avaliação relevante por parte da Companhia, a qual deve demonstrar que os critérios estabelecidos para a capitalização de custos foram atendidos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) entendimento do fluxo de informações relacionado à identificação e valorização dos custos capitalizados; (ii) O acompanhamento dos projetos associados, avaliando se tais ativos são passíveis de capitalização; (iii) o entendimento do benefício econômico futuro gerado para os itens capitalizados; e (iv) o exame, em base amostral, dos itens capitalizados para avaliar se todos os critérios determinados para a capitalização de custos foram atendidos. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de baixa de certos itens capitalizados, sendo estes ajustes não registrados pela Diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para capitalização no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.11 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. EERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-015199/F; Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444





MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

[B]<sup>3</sup>  
MOAR3

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Atividades da Companhia:** A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou " Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) "MOAR3", com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. **Contexto de negócios em 2023:** A Companhia apresentou no exercício social de 2023 um lucro líquido consolidado de R\$ 878.981 comparado a um lucro líquido de R\$ 230.767 registrado no exercício social de 2022. O resultado positivo de R\$ 47.622 de equivalência patrimonial apresentado em 2023 reflete o resultado de equivalência patrimonial de sua investida Klabin S.A. apenas no primeiro trimestre de 2023, quando tinha relação de coligação com a Companhia, no valor de R\$ 47.705, representando um decréscimo de R\$ 147.223 em relação ao resultado positivo de R\$ 194.845 em 2022. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A., ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin, passando a não ter mais influência significativa e, portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurado pelo método da equivalência patrimonial para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado. O ajuste a valor justo de investimentos engloba a variação dos investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de R\$ 1.022.888 no exercício de 2023 frente ao resultado negativo do exercício de 2022 reflete, majoritariamente, (a) a variação do valor justo do investimento em Klabin S.A.<sup>1</sup>, que engloba o reconhecimento inicial a valor justo dada a perda da coligação em abril de 2023 e a valorização das ações dessa investida em 2023, (b) a variação do valor justo do investimento em Ultrapar Participações S.A.<sup>2</sup> devido à valorização das ações dessa investida, parcialmente compensados, (c) pela perda com ajuste a valor justo no investimento em BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas<sup>3</sup>, e (d) pela redução no ajuste a valor justo no investimento em Nortec Química S.A.<sup>4</sup>, devido ao exercício pelo FIP Alta (fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia) de sua opção de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Em outras receitas, líquidas, a Companhia reportou resultado positivo de R\$ 90.853 no exercício de 2023, contra R\$ 215.327 no exercício de 2022. A queda no resultado de outras receitas, líquidas se deve principalmente (a) a redução do ajuste a valor justo de propriedades para investimento e redução do ganho nas vendas de propriedades para investimento, dado que em 2022 o ativo deixou de ser mensurado pelo valor de custo e passou a ser mensurado por valor justo, (b) à queda com o resultado nas alienações de investimentos avaliados por equivalência patrimonial em razão das vendas das ações de Klabin passarem a ser refletidas na rubrica ajuste a valor justo de investimentos devido a perda de coligação a partir de abril de 2023, compensados parcialmente, (c) pelos maiores ganhos com dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e (d) pela receita com a baixa de outros resultados abrangentes em decorrência da perda de coligação com Klabin. No exercício de 2023 a Companhia reportou resultado financeiro negativo de R\$ 9.159, contra um resultado negativo de R\$ 121.976 no exercício de 2022, devido principalmente ao melhor resultado dos fundos exclusivos e ao maior resultado das aplicações financeiras em renda fixa, parcialmente compensada pelos maiores encargos sobre debêntures e cédulas de crédito bancário ("CCB") e pelos aumentos nos tributos sobre a maior receita financeira. A despesa com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 274.163 no exercício de 2023, comparado ao resultado positivo de R\$ 35.609 no exercício de 2022 ocorreu, majoritariamente, em virtude dos ganhos não realizados com o ajuste a valor justo dos investimentos detidos por seus fundos de investimento exclusivos e com o ajuste a valor justo do investimento direto em participações societárias parcialmente compensados pela maior baixa de parcela do saldo dos tributos diferidos devido a aportes de ativos da Companhia em seus fundos de investimento exclusivos. **Estrutura de capital:** Em agosto de 2023, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa no valor de R\$ 100.000, correspondente à 20% do Valor Nominal Unitário da totalidade da sua Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia ("Segunda Emissão"), acrescida de remuneração, prêmio e encargos

aplicáveis, nos termos da escritura da Segunda Emissão. Em setembro de 2023, a Companhia realizou sua Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia, no valor total de R\$ 300.000 ("Terceira Emissão"). As debêntures da primeira série têm prazo de vencimento de 5 anos, com amortizações semestrais em 5 parcelas iguais a partir de setembro de 2026. As debêntures da segunda série têm prazo de vencimento de 7 anos com amortizações semestrais em 8 parcelas iguais a partir de março de 2027. Ambas as séries têm juros remuneratórios com pagamentos semestrais e prestação de garantias por meio da alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para alongamento do passivo bancário, aplicações financeiras, investimentos e/ou demais usos gerais da Companhia. Em dezembro de 2023, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da sua Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Companhia ("Primeira Emissão") no valor de R\$ 150.000, correspondente ao total do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de remuneração e encargos aplicáveis, nos termos da escritura da Primeira Emissão. Ainda em dezembro de 2023, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa no valor de R\$ 150.000, correspondente à 37,5% do saldo do Valor Nominal Unitário da sua Segunda Emissão de Debêntures Simples, acrescida de remuneração, prêmio e encargos aplicáveis, nos termos da escritura da Segunda Emissão. O endividamento bruto da Companhia em 31/12/2023 era de R\$ 667.509, sendo composto por CCBs e Debêntures. Do total de dívidas, 55% possuíam garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 38% através de alienação fiduciária de ações e 7% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. O caixa e as aplicações financeiras em 31/12/2023 eram de R\$ 1.454.973. Em 2023, a Companhia declarou R\$ 378.500 de proventos sendo R\$ 1.100 em dividendos e R\$ 377.400 em juros sobre o capital próprio. **Opinião dos Auditores Independentes sobre o Relatório da Administração:** A Administração da Companhia informa que os auditores independentes emitiram o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, com opinião com ressalva por limitação de escopo relacionada à mensuração do valor justo de dois investimentos detidos pelo FIP Alta, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia. Os investimentos em questão são nas cotas dos fundos Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (em conjunto "Fundos Investidos"), que por sua vez investem em ações de companhias de capital fechado e de capital aberto com baixa liquidez. A Administração esclarece que a referida opinião modificada decorre essencialmente do fato de haver descasamento entre a data de emissão das demonstrações financeiras auditadas da Companhia e a desses Fundos Investidos, que ocorrerá após 30/03/2024. Nesse contexto, a Administração esclarece que providenciou, junto aos administradores dos Fundos Investidos, laudos de avaliação de valor justo dos Fundos Investidos com data base de 31/12/2023, que foram disponibilizados aos auditores independentes em 21/03/2024. No entendimento da Administração, com base nas informações atualmente disponíveis, não há quaisquer elementos ou pontos de atenção que indiquem que a contabilização dos investimentos em questão não tenha sido efetuada de forma adequada. Além disso, não foi registrado pelos auditores qualquer apontamento no sentido de que a contabilização pela Companhia, e seus reflexos no ativo, patrimônio líquido e resultado, tenha sido inadequada. Por fim, a Administração espera que esta questão esteja sanada para as informações financeiras referentes ao período que se encerrará em 31/03/2024, na medida em que se espera que os trabalhos de análise dos referidos laudos deverão estar concluídos antes da emissão do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais a ser emitido pelos auditores, cujo prazo é até o dia 15/05/2024. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM 162, datada de 13/07/2022, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31/12/2023, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2022.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2024. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado		Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>						<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	419.344	146.577	432.981	148.849	Salários e encargos sociais		2.296	1.700	2.307	1.714
Aplicações financeiras	4	846.278	560.804	846.278	560.804	Impostos e taxas a recolher	14	26.946	197	27.188	1.151
Juros sobre o capital próprio a receber	5	3.201	1.315	3.201	1.315	Empréstimos	15	58.083	202.317	58.083	202.317
Créditos com operações financeiras	6	693	26.776	693	26.776	Debêntures	15	11.705	109.388	11.705	109.388
Contas a receber	7	—	—	20.716	11.322	Dividendos e JCP a pagar	18.d	169.365	260	169.365	260
Tributos a recuperar	10	15.097	8.431	15.427	8.861	Fornecedores		43	276	3.526	338
Despesas antecipadas		37	112	37	112	Obrigações fundos exclusivos		3.708	4.320	3.708	4.320
Outros		26.413	1.330	26.658	1.574	Arrendamentos a pagar		949	911	949	911
Total do ativo circulante		1.311.063	745.345	1.345.991	759.613	Outras contas a pagar e provisões		8	1	8	4.310
<b>Ativo não circulante</b>						Total do passivo circulante		273.103	319.370	276.839	324.709
<b>Realizável a longo prazo</b>						<b>Passivo não circulante</b>					
Aplicações financeiras	4	215.719	178.544	215.719	178.544	Empréstimos	15	50.063	50.573	50.063	50.573
Contas a receber	7	—	—	20.389	15.214	Debêntures	15	547.658	599.081	547.658	599.081
Partes relacionadas	8	368	368	—	—	Arrendamentos a pagar		5.926	5.950	5.926	5.949
Estoque de imóveis a comercializar	9	—	—	4.955	5.527	Obrigações a pagar fundos exclusivos		—	2.288	—	2.288
Tributos a recuperar	10	—	8.714	—	8.714	Tributos diferidos	16	522.679	248.966	528.456	256.131
Outros		30	67	30	67	Provisão para perda em investimentos	11	10	9	5	5
Investimentos em controladas e coligadas	11	91.170	510.745	97	409.788	Total do passivo não circulante		1.126.336	906.867	1.132.108	914.027
Outras participações	11	1.289.518	795.007	1.289.518	795.007	<b>Patrimônio líquido</b>					
Outros investimentos		224	183	224	183	Capital social	18.a	616.838	616.838	616.838	616.838
Propriedades para investimento	12	—	—	40.664	78.801	Reservas de lucros	18.c	898.318	397.838	898.318	397.838
Imobilizado	13	5.829	6.040	5.842	6.054	Ajustes de avaliação patrimonial		—	4.526	—	4.526
Intangível		674	426	674	426	Total do patrimônio líquido		1.515.156	1.019.202	1.515.156	1.019.202
Total do ativo não circulante		1.603.532	1.500.094	1.578.112	1.498.325	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		2.914.595	2.245.439	2.924.103	2.257.938
<b>Total do ativo</b>		2.914.595	2.245.439	2.924.103	2.257.938						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado		Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
<b>Receitas operacionais</b>						<b>Receitas operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	47.756	299.100	47.622	194.845	Resultado de equivalência patrimonial	11	47.756	299.100	47.622	194.845
<b>Lucro bruto</b>		47.756	299.100	47.622	194.845	<b>Lucro bruto</b>		47.756	299.100	47.622	194.845
Despesas gerais e administrativas	19	(23.642)	(33.337)	(26.060)	(35.400)	Despesas gerais e administrativas	19	(23.642)	(33.337)	(26.060)	(35.400)
Ajuste a valor justo de investimentos	11	1.022.888	(57.638)	1.022.888	(57.638)	Ajuste a valor justo de investimentos	11	1.022.888	(57.638)	1.022.888	(57.638)
Outras receitas, líquidas	20	88.929	103.743	90.853	215.327	Outras receitas, líquidas	20	88.929	103.743	90.853	215.327
<b>Lucro operacional</b>		1.135.931	311.868	1.135.303	137.134	<b>Lucro operacional</b>		1.135.931	311.868	1.135.303	137.134
<b>Resultado financeiro</b>						<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	21	152.936	191.157	153.814	193.263	Receitas financeiras	21	152.936	191.157	153.814	193.263
Despesas financeiras	21	(162.915)	(311.634)	(162.973)	(315.239)	Despesas financeiras	21	(162.915)	(311.634)	(162.973)	(315.239)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		1.125.952	191.391	1.126.144	195.158	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		1.125.952	191.391	1.126.144	195.158
Imposto de renda e contribuição social	22	(246.971)	39.376	(247.163)	35.609	Imposto de renda e contribuição social	22	(246.971)	39.376	(247.163)	35.609
<b>Lucro líquido do exercício</b>		878.981	230.767	878.981	230.767	<b>Lucro líquido do exercício</b>		878.981	230.767	878.981	230.767
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído em reais</b>	18.b	71.75	18.84	71.75	18.84	<b>Lucro líquido por ação básico e diluído em reais</b>	18.b	71.75	18.84	71.75	18.84
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
		2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		878.981	230.767	878.981	230.767
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas		(4.526)	45.225	(4.526)	45.225
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		874.455	275.992	874.455	275.992
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção <sup>(1)</sup>	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		616.838	123.368	274.470	—	4.526	—	1.019.202	—	1.019.202
Ajuste de avaliação patrimonial de investida		—	—	—	—	(4.233)	—	(4.233)	—	(4.233)
Custo atribuído do ativo imobilizado		—	—	—	—	(293)	—	(293)	—	(293)
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	878.981	878.981	—	878.981
Constituição de reserva estatutária		—	—	219.000	—	—	(219.000)	—	—	—
Retenção de lucro		—	—	—	281.480	—	(281.480)	—	—	—
Dividendos</										



MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Monteiro Aranha S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código (*ticker*) “MOAR3”, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. As atividades operacionais das empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão descritas na **nota explicativa 11**. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **30/03/2024**. **2 Políticas contábeis materiais: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronun- ciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS@ Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations)*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA, cuja finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado (DVA)”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto ela está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investi- mentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados ao valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descrito na **nota explicativa 2.3**. **(i) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“FIA Bergen”), contemplando também o Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“FIA Narvik”), Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”), Nordland Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“FIA Nordland”) e Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“FIA Stavanger”), este último constituído em agosto de 2023, todos fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo FIA Bergen, e Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário (“FI Bryggen”), fundo exclusivo cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo FIA Stavanger. O FIA Bergen, o FIP Alta e o FIA Nordland são fundos de investimentos geridos de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o FIA Narvik é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Safra Asset Management Ltda., o FIA Stavanger é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o FII Bryggen é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. **(ii) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores:** A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controla- dores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, é não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transfe- rência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, depen- dendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influ- ência significativa, independentemente do percentual de participação. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A. (“Klabin”), ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisi- órios da Klabin, passando a não ter maior influência significativa, e portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado (**nota explicativa 11**). Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas e con- troladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 11**). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Com- panhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em con- junto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na va- riação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 2.0**). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3 Julgamentos, estimativas e pre- missas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoques, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de in- vestimentos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a neces- sidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados. **2.4 Apresentação das demonstrações por segmento:** Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a atividade de holding de participações é o seu único segmento operacional relevante atualmente. Desta forma, considerando que atualmente as receitas da Companhia são, majoritariamente, relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada. **2.5 Novos pronunciamentos contábeis:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) revisou as normas abaixo, cujas alterações passaram a vigorar no exercício iniciado em 01/01/2023, porém sem apresentar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia: **CPC 26 (R1) / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Esti- mativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são gene- ralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. **CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração permite a isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, cujas regras foram divulgadas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A ali- quota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. **2.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclu- sive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Ha- verá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somen- te serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2023. **2.7 Ativos financeiros: 2.7.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos. **(a) Ativos fi- nanceiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abran- gentes:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros manti- dos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros sobre o principal, quanto para a venda. Neste sentido, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações no valor de alguns ativos financeiros com cotação em bolsa de valores ou mercados organizados não mantidos para negociação nem contraprestação contingente através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são todos os demais ativos financeiros principalmente aqueles mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmen- te, para venda no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resul- tado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros clas- sificados como ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são lançados como despesa na demonstração do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor determinado a partir dos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com base em curvas de rentabilidade que refletem os fato- res apropriados de risco. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, consoante a taxa efetiva de juros do contrato, e deduzido da amortização do principal e rendimentos recebidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros men- surados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado. Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em rubrica específica do patrimônio líquido. Quando os ativos financeiros classificados como mensura- dos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para a correspondente rubrica do resultado financeiro na demonstração do resultado. Os juros sobre ativos financeiros men- surados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros,

são reconhecidos na demonstração do resultado. Os proventos de ativos financeiros, tanto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado quanto aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos. Para mensurar o valor justo dos seus ativos financeiros a Companhia aplica o preço divulgado no mercado principal do ativo. Na ausência de cotação do ativo em mercado principal, a Companhia verifica informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, como preços cotados para ativos idênticos ou similares em mercados ativos ou que não sejam ativos, múltiplos de mercado, a ocorrência de transação de mercado observável e aplica o preço com base no valor da transação corres- pondente, podendo inclusive fazer uma combinação a partir desses valores. Inexistindo dados observáveis como transação de mercado observável recente, a Companhia providencia modelos de precificação que determinam um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo, com premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo, incluindo premissas sobre risco. Para isso, utiliza-se o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e conta-se com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia. A mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia segue a mesma hierarquia utilizada para o reconhecimento do valor justo dos seus instrumentos financeiros. Entretanto para os investimentos realizados por meio de fundos de investimento, a Companhia realiza, periodicamente, a mensuração subsequente dos fundos de investimento com base no valor da cota do fundo investido conforme informado pelo administrador do referido fundo de investimento. Para os fundos exclusivos, a Administração obtém os valores de cada investimento diretamente das carteiras desses fundos de investimento, conforme informado pelo administrador dos respectivos fundos exclusivos. Para obter conforto razoável quanto à performance dos investimentos realizados po- meio de fundos exclusivos, a Administração se reúne periodicamente com os gestores contratados, para que possam ser entendidos e/ou monitorados: a) a performance dos investimentos, considerações a respeito dos investimentos fatos relevantes e fatores que possam alterar a avaliação destes investimentos; e b) a aderência dos Fundos Inves- tidos aos seus respectivos regulamentos. Tais interações são formalmente documentadas em relatórios ou atas de reunião. A Administração também tem acesso aos laudos de avaliação das sociedades investidas diretamente pelos fundos exclusivos, que não são listadas em bolsa de valores ou mercados organizados, sendo os mesmos objetos de leitura e análise. A Administração também analisa o valor patrimonial da cota do fundo de investimento e, sempre que possível, as demonstrações financeiras auditadas dos Fundos Investidos, o relatório de auditoria emitido, as notas explicativas com as informações sobre os investimentos e seu critério de avaliação. Em caso de opinião modificada no relatório de auditoria dos Fundos Investidos a Administração verifica se há risco de impactar a avaliação do in- vestimento da Companhia e, quando aplicável, o valor da cota do fundo de investimento correspondente é ajustado de acordo com a referida avaliação. Em eventuais casos excepcionais em que as demonstrações financeiras dos Fundos Investidos contemplem ativos que, por alguma razão, não estejam avaliados ao seu valor justo, a Administração busca junto aos administradores dos referidos fundos o entendimento para tal situação e o motivo da mensuração não observar tal requisito, bem como avalia a materialidade do investimento frente ao portfólio da Companhia, a re- lação entre custo e benefício para obter o conforto da mensuração e a efetiva viabilidade de realização de laudo de avaliação para o referido ativo. **2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo si- multaneamente. **2.7.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as per- das por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas: (i) quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reco- nhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses; e (ii) quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessá- ria a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independen- temente do momento da inadimplência. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de con- trato, como por exemplo, a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros deter- minada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetiva- mente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de cré- dito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demons- tração do resultado. Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **2.7.5 Desreconhecimento:** Um ativo fi- nanceiro é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado pela contraprestação recebida. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **2.8 Passivos financeiros: 2.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.8.2 Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do re- sultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na de- monstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reco- nhecimento inicial, as obrigações contraiadas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amorti- zado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.8.3 Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A di- ferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.9 Estoque de imóveis a comercializar:** Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas (**nota explicativa 12**). O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido. O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de “Estoque de imóveis a comercializar” e levados ao resultado na proporção dos custos in- corridos na rubrica “Custo de bens e/ou serviços vendidos”). O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda. **2.10 Proprieda- des para investimento:** São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o re- conhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas re- sultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em “outras receitas (despesas) líquidas”. As proprieda- des para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da proprie- dade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada. A metodologia de avalia- ção das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 12**. **2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipada- mente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribui- ção social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos direta- mente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patri- mônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia pe- riodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situ- ações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apro- priado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.12 Reconhecimento de receita: (a) Receita de equivalência patrimonial:** As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reco- nhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Receita da ativida- de imobiliária:** As receitas da atividade imobiliária são reconhecidas com base no estágio de execução do empreendimento, confrontados com os respectivos custos, à medida que os estágios da execução do trabalho são alcançados. **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto. O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.14 Lucro líquido por ação (básico e diluído):** A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - “Resultado por ação”. **3 Cai- xa e equivalentes de caixa:** O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	13	66	111	114
CDBs	200.241	131.772	213.780	133.996
Compromissadas	219.090	14.739	219.090	14.739
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>419.944</b>	<b>146.577</b>	<b>432.981</b>	<b>148.849</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos de até três meses e com baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado, por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira. As aplicações financeiras são indexadas ao certificado de depósito interbancário (“CDI”) com remuneração entre 99,9% e 103,5% do CDI em 2023 (85,0% a 104,0% em 2022). **4 Aplicações financeiras:** O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalentes de caixa:



MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CDBs (a)	–	36.542	–	36.542
Fundos de renda fixa (b)	48.651	99.204	48.651	99.204
FIA e FIC de FIA <sup>(1)</sup> (c)	216.544	158.800	216.544	158.800
Ações (d)	422.921	134.866	422.921	134.866
FICs de FIM (e)	42.209	44.602	42.209	44.602
FIPs <sup>(2)</sup> (f)	215.719	178.543	215.719	178.543
FILs (g)	60.149	47.312	60.149	47.312
Letras financeiras (h)	55.804	39.479	55.804	39.479
Total de aplicações financeiras	1.061.997	739.348	1.061.997	739.348
Ativo circulante	846.278	560.804	846.278	560.804
Ativo não circulante	215.719	178.544	215.719	178.544

<sup>(1)</sup> Inclui o investimento em cotas do fundo Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações no valor de R\$ 67.492 (R\$ 57.514 em 31/12/2022). <sup>(2)</sup> Inclui o investimento em cotas do fundo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura no valor de R\$ 26.373 (em 31/12/2022 não havia posição neste fundo). **(a) CDBs (certificados de depósito bancário):** Os CDBs são indexados ao CDI, com remuneração entre 101,6% a 104,3% em 2022, com prazo pré-determinado e são avaliados a valor justo. Apenas aqueles CDBs que tem liquidez imediata são classificados como equivalentes de caixa. **(b) Fundos de renda fixa:** A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa as quais são avaliadas a valor justo. **(c) Fundo de investimento em ações (“FIA”) e Fundo de cotas de FIA (“FIC de FIA”):** A Companhia detém cotas de FIA e FIC de FIA, avaliadas a valor justo. O FIA Nordland detém compromissos de investimentos em FICs de FIA no valor de R\$ 42.000, dos quais R\$ 25.000 haviam sido integralizados até 31/12/2023. **(d) Ações:** As aplicações em ações são compostas por ações ou Exchange Traded Funds (“ETF”) negociadas em bolsas nacional e estrangeiras e são avaliadas a valor justo. **(e) Fundos de investimento em cotas de fundo de investimento multimercado (“FICs de FIM”):** A Companhia detém cotas de FICs de FIM, avaliadas a valor justo. **(f) Fundos de investimento em participações (“FIPs”):** A Companhia detém cotas de FIPs, as quais são avaliadas a valor justo. Em 2023 o FIP Alta assumiu compromissos de investimentos em outros FIPs de até R\$ 120.000 que somado aos compromissos realizados em anos anteriores totalizavam o valor de R\$ 130.000. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 10.813. Em 2022 o FIA Bergen assumiu compromissos de investimentos em FIPs no valor de até R\$ 25.653. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 2.316. **(g) Fundos de investimento imobiliário (“FILs”):** A Companhia detém cotas de FILs, as quais são avaliadas a valor justo. Em 2022 o FIA Bergen assumiu compromisso de aporte em FIL no valor de até R\$ 20.000. Até 31/12/2023 foram realizados aportes de R\$ 17.000. **(h) Letras financeiras (“LFs”):** A Companhia detém LFs indexadas ao CDI, com remuneração entre 101,0% e 103,5% do CDI em 2023 (103,0% a 103,5% do CDI em 2022), com prazo pré-determinado, classificadas no ativo circulante e/ou não circulante em função do seu vencimento. **5 Juros sobre o capital próprio a receber:** O quadro abaixo apresenta o saldo de juros sobre o capital próprio a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Klabin S.A	3.201	1.315	3.201	1.315
Total dos juros sobre o capital próprio a receber	3.201	1.315	3.201	1.315

**6 Créditos com operações financeiras:** A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros como parte de sua estratégia para fins de proteção e/ou investimento. O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras **(nota explicativa 23.1(a)):**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Opção de ações <sup>(1)</sup>	–	24.235	–	24.235
Swap	–	1.885	–	1.885
Dólar Futuro <sup>(2)</sup>	355	656	355	656
Ibovespa Futuro <sup>(2)</sup>	338	–	338	–
Créditos com operações	693	26.776	693	26.776

11 Investimentos: (a) Movimentação - Controladora: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:											
Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros <sup>(3)</sup>	Saldo em 2023	
<b>Controladas</b>											
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.638	–	–	–	–	–	33	–	–	2.671	
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	98.809	–	–	(10.500)	–	–	2	–	–	88.311	
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	172	–	–	–	–	–	16	–	–	188	
<b>Total de Controladas</b>	<b>101.619</b>	–	–	<b>(10.500)</b>	–	–	<b>51</b>	–	–	<b>91.170</b>	
<b>Controladas em Conjunto e Coligadas</b>											
Klabin S.A. <sup>(1)(2)</sup>	409.126	–	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	–	–	
<b>Total de Controladas em Conjunto e Coligadas</b>	<b>409.126</b>	–	<b>(454.397)</b>	<b>(14.755)</b>	<b>11.112</b>	<b>1.197</b>	<b>47.705</b>	<b>12</b>	–	–	
<b>Outros Investimentos</b>											
Klabin S.A. <sup>(2)</sup>	–	454.397	(536.125)	(33.720)	–	–	–	–	620.723	505.275	
Ultrapar Participações S.A.	531.319	–	(444.288)	(12.026)	–	–	–	–	483.842	558.847	
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	–	–	(22.224)	–	–	–	–	(261)	184.785	
Nortec Química S.A.	56.418	–	–	(4.322)	–	–	–	–	(11.485)	40.611	
<b>Total de Outros Investimentos</b>	<b>795.007</b>	<b>454.397</b>	<b>(980.413)</b>	<b>(72.292)</b>	–	–	–	–	<b>1.092.819</b>	<b>1.289.518</b>	
<b>Total de Participações Societárias</b>	<b>1.305.752</b>	<b>454.397</b>	<b>(1.434.810)</b>	<b>(97.547)</b>	<b>11.112</b>	<b>1.197</b>	<b>47.756</b>	<b>12</b>	<b>1.092.819</b>	<b>1.380.688</b>	
<b>Provisão para Perda em Investimentos</b>											
Masa Mineração Ltda.	(4)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	(5)	
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)	
<b>Total de Provisão para Perda em Investimentos</b>	<b>(9)</b>	–	–	–	–	–	<b>(1)</b>	–	–	<b>(10)</b>	

<sup>(1)</sup> Considera ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. <sup>(2)</sup> Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. <sup>(3)</sup> Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros <sup>(2)</sup>	Saldo em 2022	
<b>Controladas</b>											
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	21.055	–	(19.960)	(1.500)	–	–	3.043	–	–	2.638	
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	10.592	360	–	(14.000)	–	–	101.857	–	–	98.809	
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	–	3.698	–	–	–	–	6	–	(3.532)	172	
Masa Mineração Ltda.	2	–	–	–	–	–	(2)	–	–	–	
<b>Total de Controladas</b>	<b>31.649</b>	<b>4.058</b>	<b>(19.960)</b>	<b>(15.500)</b>	–	–	<b>104.904</b>	–	<b>(3.532)</b>	<b>101.619</b>	
<b>Controladas em Conjunto e Coligadas</b>											
Klabin S.A. <sup>(1)</sup>	257.541	–	(17.321)	(71.824)	45.430	1.787	194.195	(682)	–	409.126	
<b>Total de Controladas em Conjunto e Coligadas</b>	<b>257.541</b>	–	<b>(17.321)</b>	<b>(71.824)</b>	<b>45.430</b>	<b>1.787</b>	<b>194.195</b>	<b>(682)</b>	–	<b>409.126</b>	
<b>Outros Investimentos</b>											
Ultrapar Participações S.A.	664.117	–	(53.556)	(24.633)	–	–	–	–	(54.609)	531.319	
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	255.681	–	(60.403)	(37.585)	–	–	–	–	49.577	207.270	
Nortec Química S.A.	44.444	–	–	(4.244)	–	–	–	–	16.218	56.418	
<b>Total de Outros Investimentos</b>	<b>964.242</b>	–	<b>(113.959)</b>	<b>(66.462)</b>	–	–	–	–	<b>11.186</b>	<b>795.007</b>	
<b>Total de Participações Societárias</b>	<b>1.253.432</b>	<b>4.058</b>	<b>(151.240)</b>	<b>(153.786)</b>	<b>45.430</b>	<b>1.787</b>	<b>299.099</b>	<b>(682)</b>	<b>7.654</b>	<b>1.305.752</b>	
<b>Provisão para Perda em Investimento</b>											
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	(3.539)	–	–	–	–	–	6	–	3.533	–	
Masa Mineração Ltda.	–	–	–	–	–	–	(4)	–	–	(4)	
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(4)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	(5)	
<b>Total de Provisão para Perda em Investimentos</b>	<b>(3.543)</b>	–	–	–	–	–	<b>1</b>	–	<b>3.533</b>	<b>(9)</b>	

<sup>(1)</sup> Considera ações em tesouraria. <sup>(2)</sup> Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. **(b) Movimentação - Consolidado:** Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros <sup>(4)</sup>	Saldo em 2023	
<b>Controladas em Conjunto e Coligadas</b>											
Klabin S.A. <sup>(1)(2)</sup>	409.126	–	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	–	–	
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
PRS XXIV Incorporadora S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(3)</sup>	531	–	(162)	(320)	–	–	(49)	–	–	–	
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	131	–	–	–	–	–	(34)	–	–	97	
<b>Total de Controladas em Conjunto e Coligadas</b>	<b>409.788</b>	–	<b>(454.559)</b>	<b>(15.075)</b>	<b>11.112</b>	<b>1.197</b>	<b>47.622</b>	<b>12</b>	–	<b>97</b>	
<b>Outros Investimentos</b>											
Klabin S.A. <sup>(2)</sup>	–	454.397	(536.125)	(33.720)	–	–	–	–	620.723	505.275	
Ultrapar Participações S.A.	531.319	–	(444.288)	(12.026)	–	–	–	–	483.842	558.847	
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	–	–	(22.224)	–	–	–	–	(261)	184.785	
Nortec Química S.A.	56.418	–	–	(4.322)	–	–	–	–	(11.485)	40.611	
<b>Total de Outros Investimentos</b>	<b>795.007</b>	<b>454.397</b>	<b>(980.413)</b>	<b>(72.292)</b>	–	–	–	–	<b>1.092.819</b>	<b>1.289.518</b>	
<b>Total de Participações Societárias</b>	<b>1.204.795</b>	<b>454.397</b>	<b>(1.434.972)</b>	<b>(87.367)</b>	<b>11.112</b>	<b>1.197</b>	<b>47.622</b>	<b>12</b>	<b>1.092.819</b>	<b>1.289.615</b>	
<b>Provisão para Perda em Investimento</b>											
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)	
<b>Total de Provisão para Perda em Investimentos</b>	<b>(5)</b>	–	–	–	–	–	–	–	–	<b>(5)</b>	

<sup>(1)</sup> Considera ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. <sup>(2)</sup> Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. <sup>(3)</sup> Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade da sua participação na investida JSC Mapisa SPE I. <sup>(4)</sup> Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros <sup>(2)</sup>	Saldo em 2022	
<b>Controladas em Conjunto e Coligadas</b>											
Klabin S.A. <sup>(1)</sup>	257.541	–	(17.321)	(71.824)	45.430	1.787	194.197	(685)	–	409.125	
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	11.478	–	(11.602)	–	–	–	124	–	–	–	
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	3.988	–	(3.986)	–	–	–	(2)	–	–	–	
PRS XXIV Incorporadora S.A.	700	53	(883)	–	–	–	130	–	–	–	
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	581	–	(495)	–	–	–	445	–	–	531	
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	–	226	–	–	–	–	(94)	–	–	132	
<b>Total de Controladas em Conjunto e Coligadas</b>	<b>274.288</b>	<b>279</b>	<b>(34.287)</b>	<b>(71.824)</b>	<b>45.430</b>	<b>1.787</b>	<b>194.800</b>	<b>(685)</b>	–	<b>409.788</b>	
<b>Outros Investimentos</b>											
Ultrapar Participações S.A.	664.117	–	(53.556)	(24.633)	–	–	–	–	(54.609)	531.319	
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	255.681	–	(60.403)	(37.585)	–	–	–	–	49.577	207.270	
Nortec Química S.A.	44.444	–	–	(4.244)	–	–	–	–	16.218	56.418	
<b>Total de Outros Investimentos</b>	<b>964.242</b>	–	<b>(113.959)</b>	<b>(66.462)</b>	–	–	–	–	<b>11.186</b>	<b>795.007</b>	
<b>Total de Participações Societárias</b>	<b>1.238.530</b>	<b>279</b>	<b>(148.246)</b>	<b>(138.286)</b>	<b>45.430</b>	<b>1.787</b>	<b>194.800</b>	<b>(685)</b>	<b>11.186</b>	<b>1.204.795</b>	
<b>Provisão para Perda em Investimento</b>											
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(4)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	(5)	
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	(46)	–	–	–	–	–	46	–	–	–	
<b>Total de Provisão para Perda em Investimentos</b>	<b>(50)</b>	–	–	–	–	–	<b>45</b>	–	–	<b>(5)</b>	

<sup>(1)</sup> Considera ações em tesouraria. <sup>(2)</sup> Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

**(c) Destaque das transações ocorridas no exercício: (i) Alienação de ações: Transações ocorridas em 2023:** Em 2023, a Companhia alienou 24.311.360 units da Klabin S.A., das quais 1.350.000 units por meio do FIA Bergen, e a totalidade de sua participação na investida JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 2023, a Companhia alienou 20.866.900 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., sendo 17.982.300 ações por meio do FIA Bergen e 2.884.600 ações por meio do FIA Stavanger. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia. **Transações ocorridas em 2022:** Em 2022, a Companhia alienou 2.225.900 units da Klabin S.A. (sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa), a totalidade de sua participação na investida MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A., a totalidade de sua participação na investida Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. e, a totalidade de sua participação na investida PRS XXIV Incorporadora S.A. Em 2022, o FIA Nordland alienou 1.962.700 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, e o FIA Bergen alienou 3.727.700 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia. **(ii) Outras ocorrências: Transações ocorridas em 2023:** Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A., ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando de ser classificado como investimento em coligada, até então mensurado pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado. **Controladas:** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

	Participação societária		
	Forma	2023	2022
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAPISA I S.A.	Indireta	100,00	100,00
<b>Fundos exclusivos consolidados na Controladora</b>			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário	Indireta	100,00	100,00



MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

toria e administração de empreendimentos imobiliários. **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em junho de 2010 e tem como objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, compreendendo ainda, a aquisição de imóveis para fins de incorporação a ser desenvolvida e a participação em outras sociedades, seja como quotista, seja como acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários. **Masa Mineração Ltda.:** A sociedade foi constituída em abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados. **Mapisa I S.A.:** A sociedade foi constituída em junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. **Controladas em conjunto:** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.  
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

\* Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

\* MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.

\* PRS XXIV Incorporadora S.A.

Participação societária		Forma		2023		2022	
		Indireta		—		50,00	
		Indireta		50,00		50,00	

Patrimonial		2023		2022		2023		2022	
Total do ativo		—		—		—		—	
Total do passivo		—		—		—		—	
Patrimônio líquido		—		—		—		—	
Resultado		2023		2022		2023		2022	
Resultado do exercício		—		(311)		—		(2)	

\* Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

\* JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.

Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.

Patrimonial		2023		2022		2023		2022	
Ativo circulante		—		1.054		171		238	
Ativo não circulante		—		12		30		30	
Total do ativo		—		1.066		201		268	
Passivo circulante		—		4		7		6	
Passivo não circulante		—		—		—		225	
Total do passivo		—		4		7		231	
Patrimônio líquido		—		1.062		194		37	
Resultado		2023		2022		2023		2022	
Resultado do exercício		(104)		890		(67)		(117)	

\* Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

**As informações sobre as controladas em conjunto são:** **Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro Cachambi, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em março de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em janeiro de 2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro de Ipanema, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em março de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **PRS XXIV Incorporadora S.A.:** A sociedade foi constituída em março de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2022, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.:** A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia. **Coligadas:** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas coligadas:

Klabin S.A. <sup>(1)(2)</sup>

Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**). <sup>(2)</sup> Percentual em 31/12/2022 considerava ações em tesouraria e ações detidas pelo FIA Bergen. <sup>(3)</sup> Investida com passivo a descoberto, refletido no passivo não circulante da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas:

Patrimonial		Klabin S.A. <sup>(1)</sup>		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.					
		2023		2022		2023		2022	
Ativo circulante		—		11.470.664		9		—	
Ativo não circulante		—		33.813.959		—		—	
Total do ativo		—		45.284.623		9		—	
Passivo circulante		—		6.393.613		17		19	
Passivo não circulante		—		29.331.526		—		—	
Total do passivo		—		35.725.139		17		19	
Patrimônio líquido		—		9.559.484		(8)		(19)	
Resultado		2023		2022		2023		2022	
Resultado do exercício		1.164.640		4.688.902		—		—	

<sup>(1)</sup> Considera o resultado até março de 2023. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

**As informações sobre as coligadas são:** **Klabin S.A.:** Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo por meio do resultado, e não mais por equivalência patrimonial. **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.:** A sociedade foi constituída em abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. **Outros investimentos:** Os investimentos nos quais a Companhia detém participação societária não avaliada por equivalência patrimonial e intenção de auferir rendimentos de longo prazo são: **Klabin S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1934, e em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, atua nos segmentos da indústria de papel e celulose, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (units) negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos (*tickers*) KLBN3, KLBN4 e KLBN11. **Ultrapar Participações S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga") e na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos ("Ultragargo"). A Ultrapar é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (*ticker*) UGPA3. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas:** A sociedade foi constituída em setembro de 2005 e tem como objeto social (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A BrasilAgro é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (*ticker*) AGRO3. **Nortec Química S.A.:** A sociedade foi constituída em dezembro de 1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista. A Nortec é uma sociedade anônima de capital com ações listadas no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (ticker) NRTQ3. A Companhia detém indiretamente, por meio do FIP Alta, 23% de participação na Nortec. Dado que as ações da Nortec não possuem liquidez na B3, elas são avaliadas a valor justo considerando técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado desenvolvido por especialistas independentes ("Laudo de Avaliação"). O administrador do FIP Alta providenciou Laudo de Avaliação para mensuração do valor justo das ações da Nortec, o qual utiliza premissas subjetivas tais como taxa de desconto do fluxo de caixa projetado, CAPEX projetado, taxa utilizada no cálculo da perpetuidade, entre outros. Entretanto em razão do FIP Alta ter exercido, em 11 de janeiro de 2024, a sua opção de venda de ações representativas de 20% do capital da Nortec (**nota explicativa 25**), a Companhia promoveu ajustes no valor justo da participação a partir do preço de exercício da opção de venda, bem como baixou integralmente o valor referente as opções detidas pelo FIP Alta. **12 Propriedades para investimento:** São representadas por imóveis de propriedade da Companhia disponíveis para aluguel e/ou valorização, avaliados à valor justo, mediante emissão de laudo por profissionais independentes ou utilizando preço de mercado observável.

Movimentação

Saldo no início do exercício

Ajuste a valor justo

Baixas

Transferência

Saldo no fim do exercício

As baixas são decorrentes das vendas de lotes do empreendimento imobiliário em parceria com a Alphaville em parte da Fazenda Timbutuva. Em dezembro de 2023 a Administração reavaliou os referidos imóveis tendo reconhecido perda com o ajuste a valor justo dos mesmos, no valor de R\$ 2.503 (**nota explicativa 20**). **13 Imobilizado: (a) Composição do imobilizado:** Os quadros abaixo apresentam a composição do imobilizado:

Controladora		Consolidado					
		2023		2022		2023	
		—		23.129		78.801	
		—		561		(2.503)	
		—		—		(35.634)	
		—		(23.690)		—	
		—		—		40.664	
		—		—		78.801	

Custo		Depreciação Acumulada		Líquido		Líquido	
844		(597)		247		230	
8.142		(2.816)		5.326		5.494	
1.705		(1.449)		256		316	
10.691		(4.862)		5.829		6.040	

Consolidado		2023		2022			
		Custo		Depreciação Acumulada		Líquido	
Equipamentos de informática		844		(597)		247	
Direito de uso por arrendamento		8.142		(2.816)		5.326	
Móveis e utensílios e outros		1.705		(1.449)		256	
Total		10.691		(4.862)		5.829	

Consolidado		2023		2022			
		Custo		Depreciação Acumulada		Líquido	
Imóveis		34		(22)		12	
Equipamentos de informática		886		(637)		249	
Direito de uso por arrendamento		8.138		(2.815)		5.323	
Móveis e utensílios e outros		1.736		(1.478)		258	
Total		10.794		(4.952)		5.842	

**(b) Movimentação do imobilizado:** O quadro abaixo apresenta a movimentação sumária do imobilizado:

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		761		7.849	
Custo		—		83		293	
Adições		—		—		—	
Baixas		—		—		—	
Em 31/12/2023		—		844		8.142	
Depreciação acumulada		—		—		—	
Em 31/12/2022		—		(531)		(2.355)	
Adições		—		(66)		(461)	
Baixas		—		—		—	
Em 31/12/2023		—		(597)		(2.816)	
Líquido		—		247		5.326	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—		590		—	
Baixas		—		(531)		(2.355)	
Em 31/12/2022		—		230		5.494	

Controladora		2023		2022			
		Imóveis		Veículos e equipamentos de informática		Direito de uso de arrendamento	
		—		1.441		11.546	
Custo		—		202		753	
Adições		—		(882)		(4.450)	
Baixas		—		761		7.849	
Em 31/12/2022		—		—		—	
Depreciação acumulada		—		(955)		(1.910)	
Em 31/12/2021		—		(166)		(445)	
Adições		—</					



MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	210	179	50	41
Distribuições aprovadas no exercício	1.100	139.000	377.400	41.000
IRPJ sobre juros sobre o capital próprio	–	–	(56.282)	–
Pagamentos realizados	–	(138.969)	(153.113)	(40.991)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.310</b>	<b>210</b>	<b>168.055</b>	<b>50</b>
<b>19 Despesas gerais e administrativas:</b> O quadro abaixo apresenta as informações das despesas gerais e administrativas por natureza:				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(15.350)	(21.327)	(15.418)	(21.331)
Contratação de serviços	(3.453)	(4.142)	(3.724)	(4.520)
Despesas tributárias	(939)	(2.761)	(1.801)	(3.330)
Depreciação e amortização	(601)	(536)	(604)	(538)
Aluguéis e condomínio	(128)	(210)	(128)	(210)
Comunicações, utilidades e publicações	(178)	(206)	(182)	(215)
Manutenção e conservação	(80)	(177)	(85)	(184)
Doações	(1.208)	(1.651)	(1.210)	(1.653)
Outras despesas	(1.705)	(2.327)	(2.908)	(3.419)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(23.642)</b>	<b>(33.337)</b>	<b>(26.060)</b>	<b>(35.400)</b>
<b>20 Outras receitas e despesas operacionais:</b> O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas (despesas) operacionais:				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas de aluguéis de imóveis	–	2.658	–	2.658
Receitas de dividendos <sup>(1)</sup>	72.292	66.463	72.292	66.463
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida <sup>(2)</sup>	16.542	–	16.542	–
Varição do percentual de participação	12	–	12	–
Resultado da venda de investimentos	–	34.711	–	35.677
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	–	561	–	72.807
Resultado da alienação de propriedades para investimento	–	–	3.843	38.576
Outras receitas operacionais	83	511	1.349	515
<b>Total das outras receitas operacionais</b>	<b>88.929</b>	<b>104.904</b>	<b>94.038</b>	<b>216.696</b>
Varição do percentual de participação	–	(682)	–	(685)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	–	–	(2.503)	–
Outras despesas operacionais	–	(479)	(682)	(684)
<b>Total das outras despesas operacionais</b>	<b>–</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(3.185)</b>	<b>(1.369)</b>
<b>Outras receitas, líquidas</b>	<b>88.929</b>	<b>103.743</b>	<b>90.853</b>	<b>215.327</b>

<sup>(1)</sup> Dividendos recebidos de outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**). <sup>(2)</sup> Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

**21 Resultado financeiro:** O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicação em renda fixa	57.057	33.711	57.885	34.801
Varição de aplicação em renda variável	93.258	153.523	93.258	153.523
Variações monetárias	–	–	–	1.053
Derivativos	–	2.305	–	2.305
Aluguel de Ações	453	–	453	–
Outras receitas financeiras	2.168	1.618	2.218	1.581
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>152.936</b>	<b>191.157</b>	<b>153.814</b>	<b>193.263</b>
Encargos sobre empréstimos	(33.170)	(24.547)	(33.170)	(24.547)
Encargos sobre debêntures	(99.744)	(92.777)	(99.744)	(92.777)
Varição de aplicação em renda variável	–	(191.371)	–	(191.371)
Derivativos	–	(420)	–	(420)
Juros sobre arrendamento mercantil	(682)	(759)	(682)	(759)
Outras despesas financeiras	(54)	(116)	(99)	(116)
Tributos sobre receita financeira	(29.265)	(1.644)	(29.278)	(5.249)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(162.915)</b>	<b>(311.634)</b>	<b>(162.973)</b>	<b>(315.239)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.979)</b>	<b>(120.477)</b>	<b>(9.159)</b>	<b>(121.976)</b>

**22 Imposto de renda e contribuição social:** O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicação em renda fixa	57.057	33.711	57.885	34.801
Varição de aplicação em renda variável	93.258	153.523	93.258	153.523
Variações monetárias	–	–	–	1.053
Derivativos	–	2.305	–	2.305
Aluguel de Ações	453	–	453	–
Outras receitas financeiras	2.168	1.618	2.218	1.581
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>152.936</b>	<b>191.157</b>	<b>153.814</b>	<b>193.263</b>
Encargos sobre empréstimos	(33.170)	(24.547)	(33.170)	(24.547)
Encargos sobre debêntures	(99.744)	(92.777)	(99.744)	(92.777)
Varição de aplicação em renda variável	–	(191.371)	–	(191.371)
Derivativos	–	(420)	–	(420)
Juros sobre arrendamento mercantil	(682)	(759)	(682)	(759)
Outras despesas financeiras	(54)	(116)	(99)	(116)
Tributos sobre receita financeira	(29.265)	(1.644)	(29.278)	(5.249)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(162.915)</b>	<b>(311.634)</b>	<b>(162.973)</b>	<b>(315.239)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.979)</b>	<b>(120.477)</b>	<b>(9.159)</b>	<b>(121.976)</b>

**22 Imposto de renda e contribuição social:** O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.125.952	191.391	1.126.144	195.158
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>(382.823)</b>	<b>(65.073)</b>	<b>(382.868)</b>	<b>(66.354)</b>
<b>Adições</b>	<b>(31.229)</b>	<b>(14.424)</b>	<b>(31.270)</b>	<b>(15.080)</b>
Varição de percentual de investidas	–	(232)	–	(232)
Valor justo - renda variável	–	(3.503)	–	(3.503)
Crédito tributário não constituído - prejuízo fiscal base negativa	(381)	(6.730)	(382)	(6.730)
Juros sobre o capital próprio de investidas	–	(3.654)	–	(3.654)
Outras adições	(30.848)	(305)	(30.888)	(961)
<b>Exclusões</b>	<b>167.081</b>	<b>118.873</b>	<b>166.975</b>	<b>117.043</b>
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	16.467	101.365	16.467	100.739
Varição de percentual de investidas	–	4	–	4
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	128.316	13.940	128.316	13.940
Valor justo - renda variável	8.847	–	8.847	–
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	–	–	17	336
Outras exclusões	13.447	3.568	13.324	2.028
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(246.971)</b>	<b>39.376</b>	<b>(247.163)</b>	<b>35.609</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(828)	(2.519)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(246.971)	39.376	(246.335)	38.128
<b>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22%</b>	<b>-21%</b>	<b>22%</b>	<b>-18%</b>

**23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** **23.1 Por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por operações compromissadas, títulos públicos (Tesouro IPCA+, Tesouro Selic e Tesouro Prefixado), LF e CDB de instituições financeiras, fundos de investimento, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, dólar futuro, termo de ações, empréstimos e debêntures. Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

	Controladora			2022		
	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	419.331	13	419.344	146.511	66	146.577
Aplicações financeiras	1.061.997	–	1.061.997	739.348	–	739.348
Contas a receber	–	–	–	–	–	–
Dividendos a receber	–	3.201	3.201	–	1.315	1.315
Operações financeiras (a)	693	–	693	26.776	–	26.776
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.289.518	–	1.289.518	795.007	–	795.007
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.771.539</b>	<b>3.214</b>	<b>2.774.753</b>	<b>1.707.642</b>	<b>1.381</b>	<b>1.709.023</b>
<sup>(1)</sup> Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo ( <b>nota explicativa 11</b> ).						
	Controladora			2022		
	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Fornecedores	–	(43)	(43)	–	(276)	(276)
Dividendos e JCP a pagar	–	(169.365)	(169.365)	–	(260)	(260)
Empréstimos	–	(108.146)	(108.146)	–	(252.890)	(252.890)
Debêntures	–	(559.363)	(559.363)	–	(708.469)	(708.469)
<b>Total dos passivos</b>	<b>–</b>	<b>(836.917)</b>	<b>(836.917)</b>	<b>–</b>	<b>(961.895)</b>	<b>(961.895)</b>
	Consolidado			2022		
	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	432.870	111	432.981	148.735	114	148.849
Aplicações financeiras	1.061.997	–	1.061.997	739.348	–	739.348
Contas a receber	–	41.105	41.105	–	26.536	26.536
Dividendos a receber	–	3.201	3.201	–	1.315	1.315
Operações financeiras (a)	693	–	693	26.776	–	26.776
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.289.518	–	1.289.518	795.007	–	795.007
Propriedades para investimento	40.664	–	40.664	78.801	–	78.801
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.825.742</b>	<b>44.417</b>	<b>2.870.159</b>	<b>1.788.667</b>	<b>27.965</b>	<b>1.816.632</b>
<sup>(1)</sup> Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo ( <b>nota explicativa 11</b> ).						
	Consolidado			2022		
	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Fornecedores	–	(3.526)	(3.526)	–	(338)	(338)
Dividendos e JCP a pagar	–	(169.365)	(169.365)	–	(260)	(260)
Empréstimos	–	(108.146)	(108.146)	–	(252.890)	(252.890)
Debêntures	–	(559.363)	(559.363)	–	(708.469)	(708.469)
<b>Total dos passivos</b>	<b>–</b>	<b>(840.400)</b>	<b>(840.400)</b>	<b>–</b>	<b>(961.957)</b>	<b>(961.957)</b>

**(a) Créditos e obrigações com operações financeiras:** **(i) Futuro de dólar e de Ibovespa:** Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se de compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente (**nota explicativa 6**). **(ii) Opção de ações:** O FIP Alta, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, detém opções de venda de até 2.375.479 ações na Nortec Química S.A., e opção de compra de até 2.375.479 ações ordinárias de emissão da sociedade. O administrador do FIP Alta providenciou laudo de avaliação das referidas opções de ações, o qual apresentou indicativos de que os valores justos sofreram alterações no exercício findo em 31/12/2023. Entretanto em razão do FIP Alta ter exercido, em 11/01/2024, a sua opção de venda das ações representativas de 20% do capital da Nortec (**nota explicativa 25**), a Companhia promoveu a baixa integral das opções de ações que detinha. **23.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa de que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis: **Nível 1. Mercado Ativo:** Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo; **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora			2022		
	2023	Nível 1	Nível 2	2023	Nível 1	Nível 2
CDBs	–	–	200.241	–	–	168.315
Letras Financeiras	–	–	55.804	–	–	–
Ações	422.921	–	–	134.866	–	–
Fundos de renda fixa	48.651	–	–	99.204	–	–
Compromissadas	219.090	–	–	14.739	–	–
FIA e FIC de FIA	149.052	–	67.492	101.286	–	57.514
FICs de FIM	42.209	–	–	44.602	–	–
FIPs	23.789	–	191.930	28.531	–	150.012
FII	60.149	–	–	47.312	–	–
Opção de ações	–	–	–	–	24.235	–
Ibovespa futuro	338	–	–	–	–	–
Dólar futuro	355	–	–	–	657	–
Swap	–	–	–	–	1.885	–
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.248.907	–	40.611	738.589	–	56.418
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.215.461</b>	<b>256.045</b>	<b>300.033</b>	<b>1.211.671</b>	<b>192.550</b>	<b>263.944</b>
<sup>(1)</sup> Investimentos em participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial ( <b>nota explicativa 11</b> ).						

	Consolidado			2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	–	–	–	–	170.538	–
Letras Financeiras	–	–	–	–	–	–
Ações	422.921	–	–	134.866	–	–
Fundos de renda fixa	48.651	–	–	99.204	–	–
Compromissadas	219.090	–	–	14.739	–	–
FIA e FIC de FIA	149.052	–	67.492	101.286	–	57.514
FICs de FIM	42.209	–	–	44.602	–	–
FIPs	23.789	–	191.930	28.531	–	150.012
FII	60.149	–	–	47.312	–	–
Opção de ações	–	–	–	–	24.235	–
Ibovespa futuro	338	–	–	–	–	–
Dólar futuro	355	–	–	–	657	–
Swap	–	–	–	–	1.885	–
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.248.907	–	40.611	738.589	–	56.418
Propriedades para investimento <sup>(2)</sup>	–	40.664	–	–	78.801	–
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.215.461</b>	<b>310.228</b>	<b>300.033</b>	<b>1.211.671</b>	<b>273.574</b>	<b>263.944</b>

<sup>(1)</sup> Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 11**). <sup>(2)</sup> Ativo mensurado pelo método comparativo por meio de preço observável a mercado.

A Companhia não detém passivos financeiros com saldos mensurados a valor justo. **23.3 Gerenciamento de riscos:** **23.3.1 Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** A Companhia detém investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas do setor imobiliário, sendo o principal investimento na controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. (“Timbutuva”), sociedade onde a Companhia detém 100% do capital social. Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Timbutuva, lançado em novembro de 2022. Desta forma, a Companhia está exposta a riscos associados à atividade imobiliária, e que podem ser fortemente influenciados pelo aumento da carga tributária, desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política. **23.3.2 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia não cumprir com as suas obrigações financeiras. A Administração monitora continuamente sua liquidez para, sempre que possível, assegurar que



**CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta**

Em conformidade com o artigo 27, V, da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que discutiu e revisou o parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, observado, contudo, que registra a seguinte discordância a respeito da ressalva por limitação de escopo prevista no parecer. Nos termos do seu parecer, os auditores independentes apresentaram ressalva por limitação de escopo relacionada à contabilização de dois investimentos detidos pelo PIP Alta, cujas cotas são detidas por uma entidade indireta pela Companhia. Os investimentos em questão são nas cotas dos Fundos "Perfin Ares 2 Fundo De Investimento Em Cotas De Fundos De Investimento Em Ações" e "Perfin Voyager Fundo De Investimento Em Participações Em Infraestrutura" (em conjunto "Fundos Investidos"), que por sua vez investem em ações de companhias adquirentes de capital fechado e de capital aberto com baixa liquidez ("Investidas Indiretas"). Conforme a ressalva apresentada pelos auditores indicaram que não obtiveram evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação ao saldo das participações em investimento detido pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31 de dezembro de 2023, em virtude de não terem tido acesso às suas informações financeiras auditadas e nem ao laudo de avaliação de valor justo mais recentes, devido ao que não puderam concluir quanto à adequação do saldo desses investimentos, por meio de outros procedimentos desta auditoria. A Administração da Companhia esclarece que, apesar de existir descasamento entre a data de emissão das demonstrações financeiras e a data de realização da auditoria, a administração considera que os dados apresentados são representativos da situação econômica e financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras auditadas da Companhia e a dos Fundos Investidos, a qual ocorrerá após 30 de março de 2024, a Companhia providenciou laudos de avaliação de valor justo dos Fundos Investidos com data base de 31 de dezembro 2023, que foram disponibilizados aos auditores independentes em 21 de março de 2024. Cumpre destacar ainda que, no entendimento da Administração, com base nas informações atualmente disponíveis, não há quaisquer elementos ou pontos de atenção que indiquem que a contabilização dos investimentos em questão não tenha sido efetuada de forma adequada. Além disso, não foi registrado pelos auditores qualquer apontamento no sentido de que a contabilização pela Companhia, e seus reflexos no ativo, patrimônio líquido e resultado, tenha sido inadequada. Não obstante, a Companhia espera que esta questão esteja sanada para as informações financeiras referentes ao período em que se encerrará em 31 de março de 2024, na medida em que se espera que os trabalhos de análise dos referidos laudos pelos auditores deverão estar concluídos antes da emissão do relatório de revisão especial a ser emitido pelo auditor, cujo prazo é até 15 de maio de 2024.

**Tania Maria Camilo**  
Diretora

Aos Administradores e Acionistas **Monteiro Aranha S.A.**

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião com ressalva:** Em 31/12/2023, conforme apresentado na nota explicativa 4, a Companhia detinha investimento em cotas dos fundos "Perfin Ares 2 Fundo De Investimento Em Cotas De Fundos De Investimento Em Ações" e "Perfin Voyerage Fundo De Investimento Em Participações Em Infraestrutura" (em conjunto "Fundos Investidos"), cujos saldos nessa data totalizam R\$ 67.492 mil e R\$ 26.373 mil, respectivamente. Os Fundos Investidos, por sua vez investem direta ou indiretamente em ações de companhias de capital fechado e ações em companhia de capital aberto com baixo volume de transações ("Investidas Indiretas"). Não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação ao saldo do investimento detido pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31/12/2023, portanto não pudemos concluir quanto à adequação do saldo desses investimentos, por meio de outros procedimentos de auditoria. Consequentemente, não foi possível concluir quanto a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos detidos pela Companhia nas Investidas Indiretas em 31/12/2023, bem como ao resultado por eles produzidos no exercício findo nessa data, caso as referidas evidências de auditoria tivessem sido obtidas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

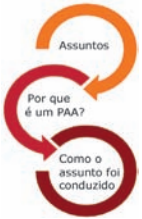
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor justo desses investimentos. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

**Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o Principal Assunto de Auditoria a ser comunicado em nosso relatório.



**Mensuração do valor justo das ações da Nortec Química S.A. (Notas explicativas 2.3, 11 e 25)**

A Companhia detém, por meio de seu fundo exclusivo Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Fundo"), 23% de participação no capital social da empresa Nortec Química S.A. ("Nortec"). Esse investimento é avaliado a valor justo, considerando o fato de que, no julgamento da administração, a Companhia não tem influência significativa nesta investida.

Embora a Nortec seja uma companhia listada em bolsa de valores, suas ações não apresentam liquidez e, por esse motivo, as ações detidas pela Companhia, por meio do Fundo, foram mensuradas pelo administrador do fundo a valor justo considerando técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, desenvolvido por especialistas externos, com utilização de premissas subjetivas.

Entretanto, em razão do Fundo ter exercido, em 11 de janeiro de 2024, a sua opção de venda das ações representativas de 20% do capital da Nortec (nota explicativa 25), a Companhia promoveu ajustes no valor justo da participação a partir do preço de exercício da opção de venda, bem como baixou integralmente as opções.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento na avaliação do investimento. Além disso, o uso de diferentes modelos de mensuração ou premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes daqueles estimados.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

O entendimento dos principais processos estabelecidos pela administração para avaliar de existência de influência significativa e para assegurar a adequada mensuração do valor justo dos investimentos detidos sem influência significativa.

Inspecionamos o instrumento particular de outorga de opções de compra e venda de ações e outras avenças firmado pela Companhia.

Obtivemos entendimento sobre o valor justo da opção de venda exercida, bem como corroboramos a informação com as evidências de auditoria obtidas. Consideramos que os critérios e premissas adotados na mensuração do valor justo das ações da Nortec são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos.

**Outros assuntos:**

**Demonstração do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- \* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de audi-

- em seu conjunto. Se conclusões que existissem de fato, deveriam chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtenemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2024

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independientes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

**Caren Henriete Macohin**  
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

